



LUÍSA SALGUEIRO, PRESIDENTE DA ANMP

# As IPSS têm que mostrar o que valem



COVID-19

## Tribunal de Contas deteta falhas do Estado nos apoios aos lares



CONSELHO GERAL, CNIS  
Festa e Chama  
da Solidariedade  
em Viana do Castelo  
de 21 a 24 setembro



MADEIRA  
CNIS na tomada  
de posse da União  
Regional exige respeito  
pelas instituições



GUARDA  
UDIPSS do Centro  
preocupadas com a  
sustentabilidade querem  
tocar o sino a rebato



AVEIRO  
União Distrital  
assinala duas décadas  
de defesa e promoção  
das instituições sociais

**Eugénio Fonseca**  
Presidente da Confederação  
Portuguesa do Voluntariado



## A Política Melhor (III)

Proponho continuarmos a refletir sobre o contributo das IPSS para que a política seja mesmo a arte de construir o bem comum, pois elas têm competências próprias nesta arte. Com efeito, elas são instâncias onde se faz “política” no sentido etimológico da palavra-defesa da “polis = cidade tendo, assim, obrigações inalienáveis fundamentadas em valores universais e não em ideologias, sejam elas de qualquer natureza. As IPSS, enquanto instituições de base, ou seja, que, na sua maioria, nascem da organização de parcelas do povo com a finalidade de criarem maior bem-estar para a restante população da área geográfica em que estão inseridas. Podem aplicar-se a este tipo de organizações aquilo que o Papa Francisco chama, na Encíclica Fratelli Tutti de “movimentos populares” (169). Na verdade, esta ligação próxima às pessoas e às suas realidades existenciais não pode ser descuidada, sob pena de perderem a sua identidade e autonomia. Só os mais incautos não são capazes de reconhecer as IPSS como agentes económicos, geradores de riqueza, mas o seu modelo económico tem um valor social bem diferente. Embora seja incontornável o cuidado com a sustentabilidade financeira – grande desafio a enfrentar nos próximos tempos com a criação de um modelo de cooperação que leve a uma maior responsabilização do Estado – as preocupações de quem as dirige não se podem resumir ao “deve e haver”, tornando-as empresas vendedoras de serviços. Se aceitarmos que as IPSS resultam da organização de movimentos populares, refletamos e levemos outros a fazê-lo sobre o que pensa o Papa Francisco: É necessário pensar a participação social, política e económica segundo modalidades tais «que incluam os movimentos populares e animem as estruturas de governo locais, nacionais e internacionais com aquela torrente de energia moral que nasce da integração dos excluídos na construção do destino comum» e, por sua vez, se incentiva a que «estes movimentos, estas experiências de solidariedade que crescem de baixo, do subsolo do planeta, confluam, sejam mais coordenados, se encontrem». Mas fazê-lo sem trair o seu

estilo característico, porque são «semeadores de mudanças, promotores de um processo para o qual convergem milhões de pequenas e grandes ações interligadas de modo criativo, como numa poesia». Neste sentido, são «poetas sociais» que à sua maneira trabalham, propõem, promovem e libertam. Com eles, será possível um desenvolvimento humano integral, que implica superar «a ideia das políticas sociais concebidas como uma política para os pobres, mas nunca com os pobres, nunca dos pobres, e muito menos inserida num projeto que reúna os povos». Embora incomodem e mesmo se alguns «pensadores» não sabem como classificá-los, é preciso ter a coragem de reconhecer que, sem eles, «a democracia atrofia-se, torna-se um nominalismo, uma formalidade, perde representatividade, vai-se desencarnando porque deixa fora o povo na sua luta diária pela dignidade, na construção de seu destino» (169). É difícil não reconhecer a profundidade deste trecho da Fratelli Tutti aplicado às IPSS e aos alicerces em que assenta a legitimidade da sua existência.

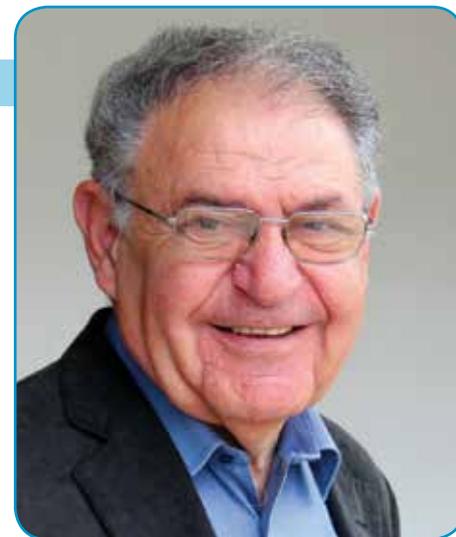
Acentua o que já referi: a importância das IPSS nas transformações da forma de fazer política ativa no nosso país, concentrada, praticamente, nos Partidos Políticos. No que respeita à participação social, as IPSS estão mais próximas das suas comunidades; à prática política, elas, porque conhecem melhor as realidades locais, podem garantir formas de agir mais objetivas no que respeita à defesa da “polis”; a economia que as gere não carrega consigo a usura do lucro, mas os excedentes monetários servem para praticar mais justiça e solidariedade. O Papa conta com instituições desta natureza para criarem dinâmismos de animação «com aquela torrente de energia moral que nasce da integração dos excluídos na construção do destino comum» de modo que impulsionem os governos, conforme os seus raios de atuação. Trata-se de fazer um apelo à utilização de um património ético que as IPSS possuem e, assim, sejam referências idóneas. Apela às instituições que com «experiências de solidariedade que crescem de baixo (...), confluam, sejam mais

coordenados, se encontrem». O que ele sugere é que esta animação se faça com a dinâmica do trabalho em rede, algo que nem sempre é fácil de concretizar com eficácia e eficiência. Já tarda a revisão do modelo de funcionamento das Comissões Locais de Freguesia e a Rede Social Concelhia e Interconcelhia. É certo que a cultura da defesa de cada “capelinha” predominante no nosso país a juntar ao protagonismo institucional, não se resolvem com alterações legislativas, mas com mudança de mentalidades. Disso não se tenha qualquer dúvida. Do pensamento do Papa, acima transcrito, gostaria que as/os leitoras/ores retivessem a designação que ele dá aos ditos movimentos populares, entre os quais se incluem as IPSS: “poetas sociais”.

Não é necessário explicitar o que quer dizer a palavra “poeta”. Todavia, por se tratar de um termo aplicado ao social, o Papa clarifica que se trata de instituições «que à sua maneira trabalham, propõem, promovem e libertam». O “poeta social” trabalha para que se torne realidade o que para alguns não passam de meros sonhos: arrisca; propõe ideias novas, porque a sua relação de proximidade o faz conhecer os anseios concretos das pessoas: é criativo; promove iniciativas que contrariam o “sempre se fez assim”: é audaz; liberta, pois não faz para, nem por os outros, mas com eles, particularmente com os mais vulneráveis: é sensível. Não quero ser demagógico, mas deixem-me ser também um sonhador, com olhos bem aberto, pois acredito que algumas das nossas IPSS já lutam por serem “poetas sociais” e outras lhes seguirão o rasto, porque a sustentabilidade de uma instituição de solidariedade não se constrói só com cifrões, mas com a alma de quem acredita que «a democracia atrofia-se, torna-se um nominalismo, uma formalidade, perde representatividade, vai-se desencarnando porque deixa fora o povo na sua luta diária pela dignidade, na construção de seu destino». É que sem a participação da IPSS, assim como de outros movimentos populares, nunca Portugal será um país verdadeiramente democrático. Para isso, quanto às IPSS, têm de ser “poetas sociais”.

## EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



# Transferência de competências

1. O Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de Agosto, veio dar execução à Lei nº 5/2018, de 16 de Agosto – diploma que aprovou a transferência de competências para as autarquias locais, em vários domínios, designadamente em matéria de ação social.

As portarias nº 63, 64, 65, e 66 de 2021, respetivamente relativas a SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, CLDS - Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social, à celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do RSI e Cartas Sociais Municipais, vieram regulamentar o referido Decreto-Lei nº 55/2020.

O número 4 do artº 24º do Decreto-Lei nº 55/2020 estabelecia que todas as competências previstas e já referidas se consideravam transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 31 de março de 2022, porém o Decreto-Lei nº 23/2022, no seu número 5 do artº 24º, veio dar a possibilidade de prorrogação do prazo até 1 de janeiro de 2023 aos municípios que entendam não reunir as condições necessárias para o exercício das referidas competências. Assim sendo, e se não houver acidentes de percurso, a partir do início do próximo ano, algumas competências que estavam contratualizadas com as IPSS passarão para a responsabilidade dos municípios ou comunidades intermunicipais.

2. No que diz respeito ao âmbito das Portarias nº 63/2021 e nº 65/2021, relativas ao SAAS e ao acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do RSI, não são, em regra, os Serviços do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social a desenvolver ou executar as referidas competências. Com efeito, nestes dois domínios, tem sido fundamentalmente ao abrigo de acordos ou protocolos de cooperação, sucessivamente renovados ao longo dos anos, entre Instituições Particulares de Solidariedade Social e o Instituto de Segurança Social, que tem sido possível desenvolver, com o sucesso que é reconhecido, estes dois programas, tendo as IPSS constituído equipas multidisciplinares para levar a cabo a execução desses acordos e protocolos, que têm maioritariamente assegurado o êxito das políticas públicas respetivas em todo o território nacional.

Mais especificamente, no que respeita aos protocolos no âmbito do RSI, muitas Instituições vêm mantendo os referidos protocolos desde 2005, assegurando os objetivos desta medida a nível nacional. E, no que se refere ao SAAS, muitas Instituições desenvolvem tal atividade desde 2012, em cooperação com o ISS, I.P., através dos Centros Distritais de Segurança Social.

Nos termos do novo enquadramento jurídico,

caducam os protocolos e acordos em vigor, entre as Instituições e o ISS, I.P., podendo as autarquias passar a assumir diretamente a execução destes programas; e podem também as autarquias, após a transferência, manter o modelo de cooperação com Instituições Particulares de Solidariedade Social, substituindo-se ao ISS, I.P. como parte nos protocolos e acordos.

Resulta do exposto que cabe às autarquias locais a competência para decidir pela celebração de novos acordos e protocolos com IPSS para a continuidade do modelo de cooperação com as Instituições; ou para decidir pela assunção direta da execução desses programas no território do município ou da comunidade intermunicipal.

Por outro lado, o artº 5º-A, 1., g) da Portaria nº 188/2014, de 18 de Setembro, com a redação que lhe foi conferida pela Portaria nº 63/2021, de 17 de Março, enuncia o princípio de que, caso as autarquias optem por manter a cooperação com as IPSS para a execução de tais programas, deverão optar preferencialmente por instituições que possuam experiência em atendimento e/ou acompanhamento social.

A CNIS recomenda às suas associadas que, após a transferência de competências, e agora com os Municípios, pretendam manter os acordos para SAAS e os protocolos para a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção de beneficiários do RSI, que manifestem à Câmara Municipal respetiva a sua disponibilidade e interesse na continuidade do trabalho que vêm desenvolvendo, e para outorgar os novos acordos ou protocolos, por forma a que o processo de transferência não perturbe o modelo de funcionamento destas medidas de proteção social que vêm sendo asseguradas aos seus beneficiários desde há vários anos - com menores custos e não menor qualidade do que se fossem diretamente prestados pelo ISS, I.P. ou pelos seus Centros Distritais de Segurança Social.

De alguma maneira, trata-se de replicar o modelo, que já vem sendo posto em prática pelos municípios em cujos territórios se desenvolvem, dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social, em que as IPSS são convidadas pelos órgãos competentes para entidades executoras de tais Contratos.

3. Não contestando a transferência daquelas competências para as autarquias mas tendo em atenção que tais competências vinham sendo exercidas pelas Instituições de Solidariedade por encomenda do Estado e com acordos ou protocolos assinados com o ISS, IP, algumas observações podem e devem ser feitas:

1. Para prestar os serviços que o Estado lhes

encomendou, as IPSS assumiram compromissos, destacaram equipamentos e recrutaram trabalhadores: estranha-se que neste processo de transferências de competências do Estado central para o Estado local pura e simplesmente não sejam tidas nem achadas;

2. Quando, e muito bem, as autarquias exigem recursos adequados para competências que lhes são transferidas, também as Instituições de Solidariedade têm todo o direito de exigir a necessária compensação para as despesas que agora terão de suportar com a extinção de serviços para cuja prestação tiveram de investir muito significativamente;

3. Pensando especialmente no atual contexto de grande constrangimento da vida e atividades das Instituições, as IPSS entendem que o Instituto de Segurança Social não se poderá dissociar dos efeitos gravosos para as Instituições que podem decorrer do processo de transferência de competências, fundamentalmente no âmbito dos Serviços descritos – SAAS e RSI -, tendo em conta a circunstância de as Instituições terem oportunamente alargado a sua ação aos referidos domínios de intervenção social em resposta a convite e proposta de cooperação por parte do ISS, I.P.

4. Nos casos em que, em virtude da execução do processo de transferência de competências para as autarquias locais em matéria de ação social, ocorram situações de despedimento coletivo ou por extinção do posto de trabalho, com os efeitos indemnizatórios correspondentes, nos termos dos artigos 366º e 372º do Código do Trabalho, o ISS, IP deveria compartilhar financeiramente no pagamento dos encargos correspondentes, em moldes a definir no seio da Comissão Permanente do Setor Social Solidário;

5. Com a transferência de competências alguns serviços na ação social começarão a ser desenvolvidos pelas Autarquias. Há trabalhadores com competência e experiência nessa mesma área contratados pelas IPSS; não poderão ou não deverão ser avocados por essas mesmas Autarquias? Muito úteis aí podem ser;

6. Desejável será que, na assunção de novas competências na ação social as Autarquias outorguem novos acordos ou protocolos para SAAS e acompanhamento dos contratos de inserção de beneficiários do RSI com as IPSS que já vêm desenvolvendo tais serviços, por forma a que o processo de transferência não perturbe o modelo de funcionamento destas medidas de proteção social que vêm sendo asseguradas aos seus beneficiários desde há vários anos - com menores custos e não menor qualidade do que se fossem diretamente prestados pelo ISS, IP ou pelos seus Centros Distritais de Segurança Social.

PRESIDENTE DA CNIS E AS NEGOCIAÇÕES DA ADENDA 2022

# Talvez seja necessário dar um grito de alerta

“Talvez seja mesmo necessário dar um grito de alerta”. O presidente da CNIS reagiu, assim, ao desafio lançado por Rui Reis, presidente da UDIPSS Guarda, e por Jorge Gomes, também elemento da União Distrital guardense, durante a reunião entre a Direção da Confederação e os órgãos sociais das Uniões Distritais da zona centro, que decorreu na cidade mais alta de Portugal.

“Não quero deixar-vos apreensivos, mas eu estou muito apreensivo e, penso, que vai ser necessário dar um grito de alerta, como referiu o presidente da União da Guarda”, afirmou o padre Lino Maia, avançando com algumas preocupações em função do que ouviu no recente VI Congresso da CNIS, realizado em Viseu, em especial o que foi dito pela secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes: “Houve no Congresso algumas notas que me deixaram preocupado. Desde logo, a que caminhamos para a comparticipação de 50% no período de 10 anos. Apesar de o Pacto nada dizer sobre isto, o primeiro-ministro já afirmou que seria ao longo da legislatura. O Pacto tem um período de vigência de 10 anos, pelo que foi a primeira vez que ouvi aquilo. Senti-me defraudado, após aquela afirmação da sra. Secretária de Estado”.

Mas não foi isto apenas que deixou o líder da CNIS “muito apreensivo”, pois também durante o Congresso foi afirmado que “os direitos sociais são apenas os que estão inscritos na Constituição”, ou seja, são apenas “a escola pública e o Serviço Nacional de Saúde”.

Assim, “aquilo que as IPSS fazem, apoio social à infância, terceira idade, pessoas com deficiência e famílias em geral, apesar de ser serviço social e serviço público, não são considerados direitos sociais universais”, recordou o padre Lino Maia, deixando um alerta: “Suspeito que assim se caminhe para a mercantilização do que fazemos. As IPSS estão a ser asfixiadas e estão a empurrar-nos para os utentes que podem pagar e não para apoiar os mais carenciados. Temo que este discurso seja uma realidade”.

Na reunião com as Uniões Distritais da Guarda, Viseu, Castelo Branco, Leiria e Coimbra (Aveiro não marcou presença por impedimento de força maior), o problema da sustentabilidade, à semelhança das outras reuniões com UDIPSS de outras regiões, é o que mais preocupa os dirigentes, uma vez que se continuam a vislumbrar nuvens muito negras no horizonte. A este propósito quando se está a poucos dias do início previsto para a negociação da Adenda 2022 ao Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário 21/22, o padre Lino Maia foi



perentório, considerando a matéria a negociar mais “premente é a atualização dos acordos de cooperação”.

“Não aceitaremos uma atualização que não cubra o valor da inflação, o brutal aumento de custos a que assistimos e ao cumprimento

do que está no Pacto de Cooperação”, asseverou, alertando: “Temo muito, aliás, muitíssimo que as negociações sejam muito difíceis e que teremos mesmo que dizer basta!”.

O padre Lino Maia frisou ainda que, normalmente, o valor da inflação que conta para





a atualização dos acordos de cooperação diz respeito ao ano anterior ao das negociações. No entanto, até 2021 a inflação pouco ou nada variava de um ano para o outro, sendo que, este ano, a inflação está galopante, encontrando-se já acima de 8%, que no ano passado a inflação média foi de 1,3%.

“Este ano não pode ser como costuma ser e temo que, talvez, seja necessário dar um grito de alerta”, afirmou.

O presidente da CNIS lembrou ainda que quando o Pacto de Cooperação fala na participação equitativa é sabido que há respostas sociais, como o CATL e o Centro de Dia, que estão nos 20% e outras da área da deficiência que estão acima dos 50%.

“Esta compensação vai ser complicada de fazer, pois temo que queiram compensar umas com as outras e isso é inaceitável”, sublinhou, acrescentando: “A questão da sustentabilidade não se põe de igual modo em todas as valências. É preciso dar passos largos para equilibrar as valências que

ainda estão abaixo dos 38%, que é a média atual. O grande problema da sustentabilidade põe-se, essencialmente, na área dos idosos. Apostou-se, e bem, na qualidade, mas os nossos idosos chegam aos Centro de Dia e às ERPI (Estrutura Residencial Para Idosos) muito vulneráveis e isso tem custos”.

O presidente da CNIS terminou reafirmando o seu “maior receio”: “É que sejamos atirados para a mercantilização”.

Rui Reis, presidente da UDIPSS Guarda, considerou que “estará na altura de tocar o sino a rebate”.

“A CNIS tem de dar um passo em frente e tem a palavra de confiança de todos nós para mostrar um cartão alaranjado ao Governo. Precisamos de um Estado leal e não um que promete e depois não cumpre”, afirmou.

Este foi um sentimento acompanhado por todos os dirigentes das Uniões Distritais presentes no encontro.

**PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)**

## Sustentabilidade põe dirigentes à beira de um ataque de nervos

No seguimento das reuniões que a Direção da CNIS vem realizando com as diversas Uniões Distritais de todo o País, na Guarda, com as UDIPSS da zona centro, a reunião versou, invariavelmente, os assuntos até agora já abordados noutras reuniões do género, em concreto com as Uniões do Sul e também com as de Lisboa e Vale do Tejo.

A abrir o encontro, Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS, lembrou aos presentes que aquele era “um espaço de debate e um tempo de partilha e de conhecimento mútuo”.

Já antes o padre Lino Maia, presidente da Confederação, sublinhava que “o grande objetivo do encontro é um conhecimento melhor de todos”, enquanto Rui Reis, presidente da UDIPSS Guarda e anfitrião da reunião, apelou aos “contributos de todos para enriquecer as posições da CNIS nas diversas negociações que vai mantendo com o Estado”.

A gratuidade da creche e, em especial, a sustentabilidade financeira das IPSS foram duas questões, uma vez mais, abordadas, entre outras que preocupam e mantêm alerta as instituições associadas da CNIS.

“É triste estarmos a chegar a um ponto de rutura”, começou por dizer Rui Amaro, membro da UDIPSS Guarda, acrescentando: “No meu caso, temos a instituição equilibrada porque recebemos alguns donativos. No entanto, temos custos enormes e a comparticipação na ordem dos 38% não pode continuar”.

Por seu turno, Acácio Tavares, igualmente da UDIPSS Guarda, depois de clamar pela cobertura total das vagas por acordos de cooperação e de contestar o facto de as vagas reservadas para a Segurança Social contarem para a percentagem de atribuição de acordos de cooperação, “o que não devia”, reivindicou um maior apoio do Estado.

Em concreto, Acácio Tavares considera que

“o Governo devia pagar 13º mês, uma vez que 70% dos custos das instituições são com pessoal”, uma situação que se agrava e deixa as IPSS em grandes dificuldades quando é tempo de pagar os subsídios de férias e Natal.

Recorde-se que o estado comparticipa 12 meses, mas as instituições pagam 14 aos trabalhadores, incluindo a TSU devida.

Já antes, Rui Amaro fez uma referência à questão dos trabalhadores e dos baixos salários que auferem: “Queremos pagar mais, mas não podemos”.

Também Joaquim Filipe Patrício, da UDIPSS Castelo Branco, colocou o dedo na ferida das baixas comparticipações do Estado e as implicações que isso tem na vida das instituições.

“A sustentabilidade é problemática devido à grande diferença entre o que o Estado paga e a realidade dos custos, em especial com o constante aumento do salário mínimo nacional”, sustentou, sublinhando: “O problema de futuro das instituições é arranjar gente para trabalhar com os idosos”.

Rosário Santos, da UDIPSS Guarda, revelou “grande preocupação com a qualidade do serviço aos idosos”, pelo facto de as despesas poderem afetar os mesmos, defendendo uma “descida da TSU para as instituições”, para além de pugnar pela “revisão das tabelas salariais”, uma vez que “os técnicos estão a ser injustiçados” com o esmagamento das categorias.

Por seu turno, Dário Costa, da UDIPSS Viseu, afirmou-se “mais preocupado com a questão da sustentabilidade depois do Congresso da CNIS” pela palavras da secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes, que defendeu que será apenas ao longo de 10 anos que se alcançaria a comparticipação equitativa plasmada no recém-assinado Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social. Para o dirigente viseense,



“as instituições andam a sustentar o Estado” e, assim, “a sobrevivência vai ser muito difícil”.

Pela voz do seu presidente, Gil Tavares, a UDIPSS Coimbra mostrou-se muito preocupada com a questão da sustentabilidade, sugerindo à Direção da CNIS algumas matérias para levar a sede de negociação com o Governo.

A saber: “um aumento mínimo de dois pontos percentuais acima da inflação nos acordos de cooperação; criação de um combustível social; devolução do IVA a 100% nas obras de construção, beneficiação e adaptação; redução da TSU; redução ou isenção do IVA na luz, no gás e na água”; entre outras.

Estas são matérias que percorrem, igualmente, as inquietações de Carla Verdasca, presidente da UDIPSS Leiria, que sublinhou “a preocupação com as tabelas salariais” e ainda “a questão dos combustíveis, que é um problema grande para as instituições”.

No encerramento da sessão, após o presidente da CNIS ter deixado alguns esclarecimentos e (muitas) preocupações [ver texto principal], o anfitrião Rui Reis lembrou que “a identidade das IPSS nem sempre é respeitada”, dando o exemplo da Guarda, onde “as fiscalizações nada têm que ver com parcerias, mas são feitas apenas com o objetivo de provocar dor”.

“Os técnicos da Segurança Social extravasam competências e é preciso dar um grito de alerta!”, asseverou.

Depois, frisou a realidade das instituições do interior do país, “que sentem grandes dificuldades no terreno e acumulam problemas, como a falta de dirigentes e de trabalhadores”.

**P.V.O.**

DIREÇÃO DA CNIS NA MADEIRA PARA A TOMADA DE POSSE DA UIPSS

# O Estado não pode disciplinar as instituições porque não tem tutela sobre elas

No âmbito do périplo que a Direção da CNIS tem levado a efeito junto das Uniões Distritais, o mês de julho arrancou com a visita à Madeira para encontros de trabalho com a UIPSS do arquipélago e ainda com a Secretaria Regional da Inclusão Social e Cidadania. Na tomada de posse dos novos Órgãos Sociais da UIPSS Madeira, o presidente da CNIS abordou o tema «Identidade e Autonomia, Sustentabilidade e Cooperação», traçando um retrato do momento atual. Reconhecimento e respeito pelas instituições sociais e o trabalho que desenvolvem junto das comunidades, em especial das mais desfavorecidas, foi tónica presente em todas as iniciativas, pois o momento que se vive tem levantado muitas dúvidas sobre o papel das IPSS e dos departamentos do Estado que se querem parceiros.

A jornada de dois dias de trabalho na ilha da Madeira arrancou com a reunião entre a Direção da CNIS e alguns dos membros dos Órgãos Sociais da UIPSS madeirense.

No encontro, na nova sede da União, no Funchal, o presidente da CNIS começou por lembrar que “esta é, provavelmente, a União mais plural de todas as que integram a CNIS”, deixando um elogio à nova Direção: “Vejo com muito agrado a liderança da União da Dra. Maria do Céu, que é sempre muito presente em todas as iniciativas da Confederação. Por isso, estou muito otimista em relação aqui à Madeira, porque são pessoas respeitadas e muito dedicadas ao Social. Isto é muito importante e muito bom, porque estas organizações quanto mais diversificadas melhor”.

Depois, o padre Lino Maia mencionou algumas das grandes preocupações do momento, como, por exemplo, o facto de “o Estado nem sempre manifesta confiança nas instituições”.

“Ouvimos os órgãos do Estado falarem apenas do Serviço Nacional da Saúde e a Escola Pública como direitos sociais, mas tenho sublinhado que a proteção social também é um direito social e é uma função do Estado, no entanto, os seus organismos não o consideram”, referiu, frisando: “O Estado não transfere o que deve, porque acha que nós fazemos bem e não precisamos de recursos. Ainda assim, vou continuar a insistir para que a proteção social seja considerada pelo Estado um direito social”.

Já o vice-presidente da CNIS lembrou que a UIPSS “é a CNIS na Madeira” e, por isso, “é bom que os seus Órgãos Sociais tenham consciência do papel que desempenham”, ou seja: “representam a CNIS junto dos parceiros e trabalham junto das instituições”.

E para Eleutério Alves, “as forças vivas da Região têm de reconhecer a União pela grande importância que tem”, pelo que “é necessário haver proximidade com todas as entidades”.

A terminar, o «vice» da CNIS lembrou que “a paz social, em determinados momentos difíceis, não tem sido alcançada pelos políticos, mas pelo incansável trabalho das instituições”.



Por seu turno, a presidente eleita da UIPSS Madeira mencionou o passo decisivo dado com a Festa da Solidariedade, em 2017, na afirmação da União.

“Promoveu-se um caminho muito positivo, pois aproximou bastante as instituições da União, o que lhe tem dado um outro dinamismo”, sustentou Maria do Céu Carreira, que acrescentou: “Na Madeira ainda temos muito que fazer em prol da nossa identidade. Estamos aqui por direito próprio e não somos filhos de um Deus menor. É um caminho muito grande que ainda temos que percorrer, até porque também aqui há intrusão nas nossas instituições e, por isso, não podemos deixar que desvirtuem o papel e ação das IPSS”.

A este propósito, Cecília Cachucho, provedora da Santa Casa da Misericórdia da Calheta e elemento da Direção da UIPSS, lembrou a expressão

usada por um departamento do Governo Regional que referia ser necessário “disciplinar as instituições”, referindo que estas “não podem aceitar” tal situação.

“Se o Estado tivesse a tutela das instituições até podia disciplinar, mas não é assim”, retorquiu o padre Lino Maia.

## CONFERÊNCIA

Após o encontro com a UIPSS Madeira, da parte da tarde nas instalações da Reitoria da Universidade da Madeira, realizou-se a cerimónia de tomada de posse dos Órgãos Sociais da UIPSS Madeira, eleitos no final de março, e que teve início com a conferência «Identidade e Autonomia, Sustentabilidade e Cooperação», pelo presidente da CNIS.

Na sua preleção, o padre Lino Maia começou



por sublinhar o que define a identidade das IPSS, que, como pessoas coletivas, são “titulares de direitos fundamentais constitucionalmente consagrados, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, sem finalidade lucrativa e privilegiando na sua ação as famílias, os grupos e os indivíduos económica e socialmente desfavorecidos”.

Relativamente à autonomia das IPSS, o líder da CNIS recordou que, “assente no respeito da identidade e na aceitação de que exercem as suas atividades por direito próprio e inspiradas por valores e princípios, nomeadamente o primado das pessoas e dos objetivos sociais, o respeito pelos valores da solidariedade, igualdade e não discriminação, da coesão social, justiça e equidade, da transparência, responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade, a afetação dos excedentes à prossecução da sua missão”, as instituições têm “gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social, não são tuteladas pelo Estado, nem pelo Governo e estabelecem livremente a sua organização interna, respeitando os estatutos e a legislação aplicável”.

Quanto à sustentabilidade, e depois de elencar a estrutura dos custos e receitas e as causas das dificuldades, o padre Lino Maia abordou alguns dos caminhos a seguir para que a sustentabilidade das instituições seja uma realidade: “Aprofundar as relações de cooperação com Governo Regional e o Poder Local; alargar e aprofundar a rede de parcerias; reforço da cooperação interinstitucional; investir nas equipas de trabalhadores; melhorar a qualidade e a eficácia e ainda a gestão; e melhorar o conhecimento da realidade e do contexto”.

Por fim, a propósito da Cooperação, o presidente da CNIS sublinhou que “assenta numa parceria, com partilha de objetivos e interesses comuns, mediante a repartição de obrigações e responsabilidades, com vista ao desenvolvimento de serviços e equipamentos sociais para a proteção social dos cidadãos” (numa referência ao art.º 2º da Portaria n.º 218-D/2019, de 15 julho), colocando em destaque documentos como os Compromissos de Cooperação e ainda o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social.

Por outro lado, o padre Lino Maia frisou a

importância do “contorno pentagonal da cooperação”, que integra a administração central, a administração local, as IPSS, os destinatários e ainda o tecido socioeconómico envolvente”.

Por fim, o líder da CNIS considerou necessária a clarificação de conceitos como os de “acompanhamento técnico, fiscalização e regulação”.

“Acompanhamento técnico, muitas vezes, transforma-se em fiscalização e não devia ser assim”, afirmou, reforçando a ideia de que “o Estado desconfia de mais das instituições, apesar de lhes delegar competências que são suas”.

### TOMADA DE POSSE

No ato da tomada de posse dos novos órgãos dirigentes da UIPSS Madeira, que contou com a presença da secretária Regional da Inclusão Social e Cidadania, Rita Andrade, e do representante da autarquia funchalense, Ferdinando Jardim, Maria do Céu Carreira começou por traçar um retrato histórico do papel da União e dos seus propósitos.

Depois, “fazendo a ligação entre os fins da UIPSS Madeira, os princípios orientadores da Economia Social e os princípios pelos quais se deve reger a cooperação entre o Sector Social Solidário e as entidades governativas competentes, a UIPSS madeira reitera a sua disponibilidade para, em parceria e com os recursos ao seu alcance, continuar a participar na construção, consolidada, de uma sociedade mais justa, mais equitativa e mais solidária”, disse, acrescentando: “Todos somos imprescindíveis para levar por diante o que a atualidade evidencia e o futuro nos faz adivinhar. Os sinais do tempo são múltiplos e desafiantes, como o da erradicação da pobreza, do envelhecimento da população a par da diminuição da natalidade, entre outros”.

Por seu turno, Rita Andrade começou por saudar os novos Órgãos Sociais e desejar os maiores sucessos, reconhecendo, de seguida, a importância do papel das IPSS.

“As Instituições Particulares de Solidariedade Social da nossa Região têm sido verdadeiras instituições parceiras do Governo Regional, nas mais variadas respostas sociais prestadas à população, em situação de maior vulnerabilidade”, sustentou, frisando: “Sem vocês o Governo Regional não conseguiria chegar a todos e isso viu durante a pandemia”.

Reafirmando a vontade de parceria com as instituições, a secretária Regional fez um parêntesis na



sua intervenção escrita para se dirigir diretamente ao padre Lino Maia, a propósito da referência que este havia feito a um tal documento emanado de um departamento do Governo Regional que referia a necessidade de “disciplinar as instituições”.

“Não me revii nas suas palavras, porque aqui na Madeira somos parceiros, não tutelamos as instituições”, argumentou, finalizando com um elogio e agradecimento pelo “papel inexecedível das instituições sociais”.

### NO GOVERNO REGIONAL

A viagem à Madeira da comitiva da CNIS terminou com uma reunião na Secretaria Regional da Inclusão Social e Cidadania, em que também esteve presente Micaela Freitas, presidente do Instituto da Segurança Social da Madeira.

Nesse encontro, para além de apresentar cumprimentos, o presidente da CNIS sugeriu que “seria interessante criar, à semelhança do que acontece no Continente, uma Comissão Regional Permanente de Cooperação”, ou seja, “uma comissão que promova encontros mais frequentes entre o Governo Regional e os representantes do Sector Social Solidário”.

“É uma sugestão que tomamos em conta, avaliando o que já existe para evitar redundâncias e assim agilizar os encontros sobre a cooperação”, afirmou Rita Andrade, lembrando, de seguida, que “há áreas a melhorar na cooperação e vamos estudá-las em conjunto”.

## CONSELHO GERAL

# Gratuidade da creche é o grande problema nas negociações com o Estado

O Conselho Geral da CNIS reuniu extraordinariamente para, entre outros, debater alguns assuntos que se arrastam no tempo sem uma solução à vista e que mantêm as instituições muito preocupadas.

Um desses assuntos é a cooperação com o Estado, que o presidente da CNIS abordou, começando por dizer que, “de algum modo, já começou a ser negociada a Adenda 2022” ao Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário.

No entanto, “não é correto negociar em julho uma Adenda que terá efeitos a 1 de janeiro”, lamentou o padre Lino Maia, acrescentando que “com outros governos esta situação nunca aconteceu”.

Ainda sobre a temática da cooperação, o líder da CNIS tocou em três pontos: Gratuitidade da creche; Unidades de Cuidados Continuados de Longa Duração (UCCI LD); e Atualização dos acordos de cooperação.

Sobre este último ponto, o padre Lino Maia lembrou a atualização de 2,6% ocorrida em janeiro, sendo que, “agora, haverá mais uma atualização, com efeitos a janeiro, e que ainda está em negociação”.

“Haverá, certamente, atualizações superiores em virtude do que ficou inscrito no pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, que prevê o caminho para a comparticipação equitativa. Prevê-se que as maiores atualizações sejam para as respostas sociais de ERPI e Centro de Dia, a cujo valor serão descontados os 2,6% avançados em janeiro”.

Sobre as UCCI LD, “não houve congelamento, pois houve um aumento de 10 euros há uns meses, mas vamos insistir para que haja uma atualização mais significativa”, considerou o padre Lino Maia.

Já relativamente à gratuitidade da creche, o presidente da CNIS, que tem estado em permanente contacto com a ministra a este propósito, avançou que “este é o grande problema”.

Depois de lembrar que a União Europeia quer que, pelo menos, 33% das crianças frequentem a creche, o padre Lino Maia informou que em Portugal “são cerca de 38%” e que destas “30% estão nas creches do Sector Social Solidário”.

Porém, com a atual capacidade instalada, as instituições sociais “não têm capacidade de acolher mais de 50% das crianças nascidas em Portugal”, acrescentou.

O problema é que “não há ainda acordo sobre o valor a pagar por criança, mas temos que o alcançar, apesar de não estar nada fácil”, disse, acrescentando: “O valor a ser consensualizado será igual para todos o país e há a possibilidade de todas as crianças nascidas a partir de 1 de setembro de 2021 serem financiadas pela Segurança Social, sem contar as atividades extra, tenham as vagas acordo de cooperação ou não”.

Estando ainda também por definir o prolongamento de horário, o líder da CNIS sublinhou que “só as creches licenciadas serão consideradas para a gratuitidade”.

Por outro lado, “é possível adaptar salas para creche”, visto que o Governo pretende aumentar a capacidade instalada no Sector Social Solidário,



sendo que “as instituições terão um período de tempo para o fazer e, assim, candidatar-se ao alargamento que será certamente aprovado, uma vez que o Estado quer abranger o maior número de crianças”.

Antes, já o padre Lino Maia se havia referido “a uma ideia que perpassou no Congresso de Viseu e que é importante que agarremos”, ou seja, os direitos universais.

“Sempre fomos os defensores dos direitos das pessoas, mas precisamos de falar deles mais do que falamos. Para o Estado, direitos sociais são a Escola Pública e o Serviço Nacional de Saúde, não sendo considerada a proteção social como tal... O Estado pensa que está a subsidiar o que fazemos e que isso não é sua obrigação. Por isso, temos que falar mais da proteção social como um direito universal. Se hoje fazemos o que fazemos evitou que muita gente ficasse para trás”, sustentou o presidente da CNIS, frisando: “Se o Estado acha que deve fechar a torneira está a trair as suas obrigações. E, assim sendo, o Estado ou serve para proteger ou não serve para nada”.

Na reunião do Conselho Geral, que decorreu em Fátima, ficou a saber-se que a Festa da Solidariedade decorrerá em Viana do Castelo, entre os dias 21 e 24 de setembro.

“As 10 câmaras municipais do distrito estão muito envolvidas e demonstraram grande interesse no evento”, referiu Filomena Araújo, presidente da UDIPSS Viana do Castelo, que acrescentou: “A mensagem da Festa está a ser muito bem recebida em todo o distrito”.

Por fim, após Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS e que conduziu os trabalhos do Conselho Geral, ter comunicado aos conselheiros que a Direção, na sua reunião da parte da manhã, havia decidido apresentar uma candidatura institucional liderada pelo padre Lino Maia”, a reação de apoio a esta decisão foi unânime por parte das Uniões Distritais e Regionais

e das Federações.

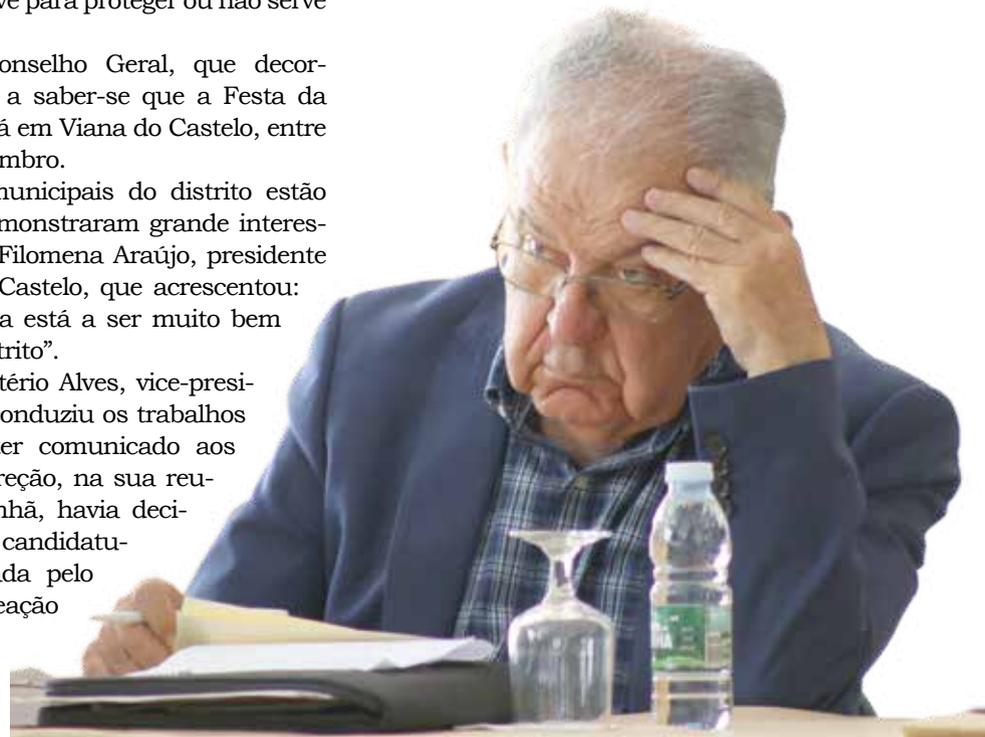
Ainda sem ter aceitado o desafio, o padre Lino Maia mantém a ponderação, sendo que o ato eleitoral acontecerá em janeiro de 2023.

“É vontade unânime da CNIS, porque o Conselho Geral também é a CNIS, que se apresente uma lista institucional liderada pelo padre Lino Maia às próximas eleições”, afirmou Eleutério Alves, após os conselheiros se terem pronunciado, e acrescentou: “Se queremos uma verdadeira proteção social nos próximos anos, ninguém melhor do que o padre Lino Maia para o conseguir”.

Por seu turno, o padre Lino Maia agradeceu “as palavras de reconhecimento”, mas lembrou que não subscreveu a intenção da Direção.

No entanto, agora é tempo de negociar com o Estado, negociações que não estão “nada fáceis”, mas que são essenciais para que as instituições possam prosseguir a sua missão.

**PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTO)**



UDIPSS AVEIRO

# Honrar o passado de duas décadas, superando-o no presente e projetando o futuro

Lacerda Pais, presidente da UDIPSS Aveiro, sublinha a importância da União Distrital ao longo destas duas últimas décadas e do papel que tem desempenhado no apoio às instituições associadas, sem as quais não teria razão de existir, e no contributo que tem dado, via CNIS, pela melhoria das condições de trabalho de todas as instituições que são o porto de abrigo de muitas pessoas, em especial as mais carenciadas. Sobre os 20 anos da União Distrital das IPSS aveirenses, o líder da estrutura intermédia da CNIS defende que a vida da instituição faz-se “honrando o passado, todavia, superando-o no presente e projetando-o para o futuro”.

## **SOLIDARIEDADE - Quais os principais marcos nestes 20 anos de história da União Distrital das IPSS de Aveiro?**

LACERDA PAIS - Contar a história dos 20 anos da União é, simultaneamente, um desafio e um exercício sobre a sequência de um percurso na linha do tempo. Olhamos mais para a trajetória e para o longo prazo. Para aquilo que é comum ao longo do tempo. O que é estrutural. O que é marcante. O que perdurará. Um olhar para lá da conjuntura de um país que, em duas décadas, tanto mudou. Não houve fase da história da União em que não tivéssemos a certeza, como hoje, que permaneceremos. Temos a responsabilidade de sermos um projeto de solidariedade e essa missão marcou estes 20 anos.

## **Que balanço faz do legado que recebeu dos seus antecessores?**

Honrando o passado, todavia, superando-o no presente e projetando-o para o futuro. Tendo corrido um longo trajeto sempre a olhar em frente, contemplamos de longe o ponto de partida. Até porque avultam, lá nessa distância, os rostos de muitos sem os quais não estaríamos aqui. Cumpre-me associá-los a este momento de homenagem.

## **Quais os maiores obstáculos à ação da União Distrital?**

As grandes angústias que se nos deparam são as angústias das instituições, nomeadamente na falta de informação atempada, partilha das decisões com o Governo e parceiros sociais, acesso burocratizado ao aumento/implementação de respostas sociais, acesso a programas nacionais e europeus, falta de apoio jurídico dos organismos do Estado, subfinanciamento crónico das respostas sociais, inconstância no modelo económico a prosseguir que, por um lado, pretende que o peso das transferências do Estado baixem a favor do aumento do peso dos serviços prestados e, por outro lado, assistimos à nacionalização dos serviços prestados na creche, via Orçamento do Estado sem sabermos, neste momento, quais as condições que vão ser implementadas no terreno.

## **Quais os grandes desafios para a UDIPSS no presente e, em especial, no futuro?**

A notoriedade de uma instituição, sobretudo de uma instituição de pendor social como a nossa, com energia, originalidade e uma programação com personalidade, tem responsabilidade de permanecer uma estrutura com lógica, contexto e objetivos, que, conforme a sua identidade, referentes e estrutura organizativa, mantendo uma agenda de sequência linear e parâmetros de interesse social na medida compatível com o contexto e dimensão da União em ordem à possibilidade da sua concretização. Manter a sua funcionalidade de rotina, respondendo às exigências das instituições, auxiliando-as, mantendo a escala das ações e o contexto do programa, que viverá no seu tempo, incerto e na condição da sua imprevisibilidade, contudo, através de um prisma otimista. Esmerando sempre a sua prática em articulação com os parceiros sociais e promovendo os valores da cultura da solidariedade.

## **Como caracteriza a relação da UDIPSS Aveiro com as IPSS associadas?**

Um percurso de 20 anos só é possível com convergência, comunicação, complementaridade e absoluta reciprocidade com as instituições. É uma relação muito além da dimensão estatutária. Somos com as instituições a medida representativa do conjunto. A União é como deve ser a sociedade portuguesa: uma casa onde há espaço para todos quantos se destaquem pelo seu trabalho social e partilhem os nossos valores. No momento, convergem na vida da União 200 IPSS. Esta é uma União que convida e saúda. Aqui acolhem-se instituições que juntas na sua ordem, simetria e padronização são uma admirável demonstração da permanência dos valores da solidariedade no tempo.

## **Como é o relacionamento com a CNIS? Em que pode ser melhorado e potenciado em favor das IPSS associadas?**

A União estará sempre representada em todos os organismos nos quais se reveja, num contexto de cooperação, sendo instrumental na defesa dos valores e interesses das instituições. A CNIS



representa a matriz orientadora e parametrizante da União e das instituições suas associadas, com razão e solidariedade. Com a CNIS temos uma visão de conjunto, alicerçada solidariamente num compromisso de cooperação claramente orientado para os interesses das instituições, da sua atividade e do seu modelo de gestão. A União tem com a CNIS uma relação e uma função partilhada, estando ancorada na circunstância fundamental de ser uma sua instituição de nível intermédio e com representação nos seus Órgãos Sociais e Conselho Geral. A União acompanhará a CNIS no seu trabalho.

## **Pensam celebrar o 20º aniversário de alguma forma particular?**

Como forma de celebrar de modo despretenso os nossos 20 anos será com este reconhecimento: a União celebrou 20 anos com as suas instituições o êxito do seu percurso, renovando o compromisso fundamental do projeto em torno do qual se mobiliza: valorizar a sua memória histórica, a riqueza e pluralidade das suas instituições, posicionando-se como promotora da defesa da ação integrada da Solidariedade, enquanto valor primeiro de cidadania global, sempre em direção a uma União que se constrói. Os nossos 20 anos são um galardão dos mais ilustres pelo élan e motivação que logramos em todos os que compõem o projeto da nossa vida institucional.

PROVEDORIA DE JUSTIÇA

## Queixas da Segurança Social lideram lista de reclamações

O número de queixas apresentadas à provedora de Justiça aumentou 6% no ano passado e ultrapassou as 12.200, tornando 2021 num novo recorde, com a proteção social a liderar nas denúncias e a saúde a registar forte crescimento.

De acordo com os dados divulgados no relatório de atividade de 2021 deste órgão de Estado, a provedora de Justiça recebeu 12.219 queixas, o que representa um aumento de 6% face a 2020.

“Foi ainda registado um novo valor máximo de 21.259 solicitações dirigidas ao Provedor de Justiça, onde se incluem 2.865 chamadas recebidas nas linhas telefónicas especialmente dedicadas a crianças, idosos e pessoas com deficiência”, lê-se no relatório.

Acrescenta que “os indicadores de atividade voltaram, deste modo, a ser os mais elevados da história deste órgão do Estado independente, criado em 1975”.

No que diz respeito ao assunto que motivou a queixa, a segurança social lidera com 27% das reclamações, permanecendo “como o principal objeto de queixa”, logo seguido pelas



matérias relacionadas com fiscalidade (10%), relação de emprego público (8%) e matérias económico-financeiras (8%).

O relatório evidencia também uma tendência de crescimento de queixas em matéria de saúde (mais 32% do que em 2020, com um total de 727 reclamações), “em boa medida devido a dificuldades nos procedimentos de emissão de atestado médico de incapacidade multiúso, situação que já no ano anterior determinara recomendações da provedora de Justiça ao Governo”.

A proteção na parentalidade e as prestações sociais motivaram a abertura de mais do dobro de processos comparativamente a 2020, passando de 183 para 426.

Da análise feita, “a causa deste aumento expressivo prendeu-se, por um lado, com a alteração do escalão de rendimentos do abono de família e, por outro, com o atraso verificado na atribuição do abono de família pré-natal e do abono de família a crianças e jovens” e que justificou uma intervenção por parte da

INSTITUIÇÕES MAIS EFICIENTES  
E PRÓXIMAS DOS UTENTES.

SOLUÇÕES  
TECNOLÓGICAS

ESPECÍFICAS PARA O SETOR SOCIAL  
E UNIDADES DE SAÚDE



F3M Information Systems, S.A., contacto@f3m.pt | www.f3m.pt  
PORTUGAL | ANGOLA | MOÇAMBIQUE



INOVAÇÃO | TECNOLOGIA | DESMATERIALIZAÇÃO | SEGURANÇA



97,6%

dos presentes consideram que o evento cumpriu ou superou as expectativas e recomendam os eventos INNOVATIONTRAIL F3M

EVENTOS EM TODO O PAÍS.

Inscriva-se em [www.f3m.pt](http://www.f3m.pt)

## GRATUIDADE DAS CRECHES

# Ministra diz que negociações com Sector Social ainda não estão fechadas

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, interrogada sobre a existência de um diferendo entre as Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS) e o Governo em torno da verba a transferir por criança pela frequência de creche, recusou-se a falar em valores, alegando estarem a decorrer negociações.

“Estão assumidos entre todos os critérios para as crianças abrangidas. A medida vai abranger todas as crianças que tenham nascido após 01 de setembro de 2021 que entrem para as creches no próximo mês de setembro. O Orçamento do Estado entrou em vigor e estamos a concretizar estas medidas com grande velocidade”, defendeu.

De acordo com a ministra do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, a medida de gratuidade das creches para as crianças dos primeiro e segundo escalões “já abrangeu mais de 50 mil”. “Estamos agora a aprofundar

a medida e a garantir que todas as crianças que nasceram depois de setembro de 2021 serão abrangidas”, acrescentou.

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social falava em Almada, após a sessão de divulgação de projetos de requalificação e de alargamento da rede de equipamentos sociais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do programa PARES 3.0.

A ministra do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social defendeu que estão em curso nas áreas das suas pastas governativas “medidas impactantes”.

“Estamos perante outro momento especial com a assinatura dos contratos relativos ao PARES e PRR para o investimento em novas respostas sociais e no alargamento da rede de respostas sociais. Com os contratos agora assinados, temos mais de 400 projetos aprovados num valor de investimento público que



ultrapassa os 330 milhões de euros”, apontou.

Para a titular da pasta da Solidariedade, este valor “representa já uma grande fatia da mobilização que foi feita, seja no PRR, seja no PARES, para responder ao nível da requalificação e na inovação nas respostas sociais”.

## 700 MILHÕES DE EUROS

# Governo diz que o país vai fazer o maior investimento de sempre em equipamentos sociais



O primeiro-ministro afirmou estar em curso um investimento público na ordem dos 700 milhões de euros em equipamentos sociais e defendeu a via escolhida pelo Governo na execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

António Costa falava em Almada no encerramento de uma sessão de divulgação de projetos de requalificação e alargamento da rede de equipamentos sociais e respostas sociais no âmbito do PRR e do programa PARES 3.0.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro

considerou que se está atualmente perante “o maior investimento alguma vez realizado em equipamentos sociais”.

No caso da esfera da solidariedade social, segundo o líder do executivo, no novo programa “estão envolvidas mais de 400 entidades de todo o país” em projetos para equipamentos novos, ou recuperação de equipamentos, em aéreas como creches, lugares para idosos ou pessoas com deficiência.

“São 700 milhões de euros o total de investimento público, ao qual acresce o investimento

que o setor solidário e social também mobiliza. Só neste primeiro conjunto de contratos que aqui foram entregues no âmbito do PARES relativamente a idosos, para um investimento público de 234 milhões de euros, temos um investimento total de 394 milhões de euros mobilizados pelo conjunto da sociedade civil pelo conjunto do setor social e solidário”, realçou.

Neste contexto, o primeiro-ministro considerou que os 700 milhões de euros de investimento total “terão um efeito multiplicador elevado” e deu uma resposta política aos setores críticos da forma como o PRR nacional foi concebido.

“Quando se diz que grande parte do PRR se destina ao Estado é uma ideia profundamente errada. Quando a verba foi transferida para o Instituto da Segurança Social não foi para pagar os ordenados dos funcionários ou para adquirir equipamentos, não foi para gastar na atividade do instituto nos seus consumos próprios”, referiu.

De acordo com o líder do executivo, a transferência financeira destinou-se a possibilitar que o Instituto de Segurança Social pudesse organizar este concurso nacional e pudesse mobilizar 400 instituições.

“Este dinheiro não é para o Estado, não é sequer para as misericórdias, nem para as mutualidades, nem para as Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS). Este dinheiro é mesmo para as pessoas a quem as misericórdias, mutualidades e IPSS prestam um inestimável serviço ao país”, acrescentou António Costa.

LUÍSA SALGUEIRO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

# Na descentralização sector social tem que

**Luísa Salgueiro, presidente da Câmara de Matosinhos, é a primeira mulher a liderar a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Com 54 anos, a autarca socialista, ex-deputada, formada em advocacia, tem tido, nestes primeiros seis meses, como missão principal a descentralização de competências. São muitas as razões para justificar um processo que não tem corrido da melhor maneira. A pandemia, a guerra na Ucrânia, as eleições legislativas ajudam a perceber o atraso nas negociações entre o Governo e a ANMP, em áreas como a Educação, a Saúde e a Ação Social, que envolvem a transferência de funcionários, equipamentos e, em consequência, um pacote financeiro. O atraso da publicação dos diplomas levou à prorrogação dos prazos: de 1 de janeiro de 2021 para 31 de março de 2022 e, no caso da Ação Social, como o diploma setorial foi publicado já este ano, o prazo foi prorrogado até 01 janeiro de 2023. Apesar da Câmara do Porto ter saído da ANMP, descontente com a falta de dinheiro para as competências que o governo dispensa, Luísa Salgueiro diz que o processo entrou nos eixos e deve estar concluído em breve.**

**SOLIDARIEDADE – Como estão as coisas entre o governo e a ANMP em matéria de descentralização?**

LUÍSA SALGUEIRO – Há um trabalho intenso com o governo e profícuo de partilha e negociação com vista a resolver e ultrapassar algumas das dificuldades que têm sido encontradas pelos autarcas ao nível da execução das competências, centrada muito na área da educação, uma vez que desde o dia 1 de abril se tornou obrigatório todas as câmaras assumirem e isso tem um impacto elevado ao nível dos recursos que serão transferidos. Temos estado muito focados numa negociação muito intensa e positiva com o governo para que haja regras que garantam a melhor situação das autarquias e que permita uma verdadeira descentralização. Neste período estamos dedicados mais à saúde e educação uma vez que na área social, por proposta da ANMP, o governo entendeu que poderia passar para 1 de janeiro do próximo ano. Brevemente vamos começar a trabalhar em todo o país, como se fez agora, ouvindo as preocupações, as dificuldades, as reflexões dos autarcas para depois, com o governo, podermos resolver problemas que, entretanto, sejam identificados.

**Apesar da saída da Câmara do Porto da ANMP, das críticas dos autarcas ao pacote financeiro da descentralização, tem dado a entender que está tudo a correr bem...**

Está a correr bem para que se possam alterar algumas das condições que estavam por resolver, algumas lacunas, no sentido de afinar a relação entre o governo e as câmaras municipais, reforço de financiamento, clarificação de regras. Estão a correr bem nesse sentido. À medida que o processo vai amadurecendo e se vão executando as competências pode sempre haver novos problemas. O processo, como eu sempre disse quando cheguei à

ANMP, é dinâmico e vai-se aprofundando e melhorando. Não posso dizer que estão resolvidos todos os problemas, sanadas todas as dificuldades, mas está a ser feito muito caminho no sentido daquilo que os municípios pensam ser melhor.

**Qual é o maior problema neste momento?**

A educação. Porque a educação, por força da lei, operou para todos, mesmo para os que não tinham aceitado, no dia 1 de Abril. A saúde também é difícil, mas cada uma das câmaras assina um auto de transferência de competências. Portanto, antes de as assumir têm condição de conhecer as situações que herdaram. Sabem como estão os centros de saúde, os equipamentos, os contratos, todas as responsabilidades. Enquanto entenderem que não estão reunidas as condições para assumir as competências não assinam esse auto. É uma segurança.

**Uma das seguranças que a lei prevê é a neutralidade orçamental, mas parece não se verificar...**

A lei diz que deve ser neutra do ponto de vista orçamental, mas do ponto de vista do Orçamento do Estado. Ainda há pouco tempo o Tribunal de Contas sublinhou isso. A transferência de competências deve ser neutral significa que o orçamento de Estado não pode ter acréscimo de despesa. Claro que deve ser também neutra orçamentalmente para a autarquia, mas o que importa é que haja um equilíbrio porque estamos a verificar que as verbas que o governo afetava a determinadas áreas parece ser insuficiente. Havia uma suborçamentação que agora se torna mais evidente.

**Como está a ser resolvido?**

Está a ser resolvido com reforço das verbas que ficam a cargo do governo.

**Sem mexer no Orçamento de Estado?**

Portugal tem agora mecanismos extraordinários ao seu dispor. O Portugal 20/30, ao nível do investimento, o PRR e está anunciado que o governo recorrerá ao Banco Europeu de Investimentos para fazer reabilitações profundas de escolas, por exemplo. São mecanismos de financiamento extraordinário a que Portugal vai recorrer para fazer algo importante que é a recuperação de mais de 400 escolas no país que depois as autarquias vão assumir.

**Em matéria de Saúde, as ruturas que se têm verificado, podem influenciar as negociações com o governo?**

No que está em causa não impacta. As competências que estão a ser transferidas para as autarquias não significam gestão de recursos ao nível de pessoal médico, de saúde.

**As autarquias nem são problema nem solução...**

Nós podemos aliviar o Ministério da Saúde de algumas tarefas que não tenham a ver com a gestão dos médicos e enfermeiros. Vamos ficar

responsáveis pela gestão dos assistentes operacionais e recebemos uma verba correspondente relativa aos profissionais que passem para a gestão autárquica. Esta crise tem que ver sobretudo com recursos humanos da área de medicina e enfermagem que não passarão para as autarquias. É alheio ao processo de descentralização.

**O mesmo em relação aos professores...**

As autarquias só têm responsabilidade de pessoal não docente, assistentes operacionais.

**Ao invés, na área social lida-se muito mais com pessoas e acordos de cooperação com o Estado. Como estão a correr as coisas neste sector?**

Eu, enquanto presidente da Câmara de Matosinhos, já assumi as competências em matéria de Ação Social no dia 1 de Abril. Mantemos o modelo que no que diz respeito à gestão dos processos de Rendimento Social de Inserção. A Segurança Social já tinha protocolado com uma IPSS e vamos manter esse modelo. É claro que nós temos sempre a vantagem da proximidade. Nós conhecemos as pessoas, as famílias, as situações. O SAS também passa para as autarquias e seremos nós a dar as respostas imediatas. A vantagem é a da proximidade e do conhecimento e somos quem melhor consegue agilizar os recursos. Mais uma vez é importante que do ponto de vista financeiro não se crie aqui nenhum desequilíbrio que venha a prejudicar os municípios.

**Nas matérias específicas da área social a transferir para os municípios grande parte do trabalho estava a ser desenvolvido pelas IPSS, numa relação protocolada com o Estado. As câmaras vão substituir a Segurança Social?**

Nalgumas coisas vão. A ideia é que algumas das valências sociais possam ser internalizadas. Eu dei o exemplo do Município de Matosinhos, onde as coisas se manterão como estão, mas noutros municípios podem ser eles a gerir diretamente



# e demonstrar a vantagem do seu trabalho

as situações. O serviço do Município que trata da Ação Social é o mesmo que trata da Habitação e da Educação. Há uma visão dos problemas locais diferentes numa autarquia em relação ao que se passa no Instituto de Segurança Social, que é des-concentrado, mas que não tem esta rede. Nós conhecemos as famílias e as pessoas individualmente. Fazemos uma avaliação muito mais adequada das necessidades e dos recursos a afetar para responder a essas necessidades. É a grande vantagem da descentralização da área social.

**Mas defende que no processo de descentralização na área social deve fazer-se tábua rasa do que são os acordos de cooperação estabelecidos entre as Instituições Sociais e o Estado?**

As regras mantêm-se. Vamos, por exemplo, avaliar uma família que é beneficiária do RSI. Há um contrato assinado com a Segurança Social que monitoriza essa relação. Nós vamos fazê-lo com uma diferença: nós conhecemos todo o quadro familiar. As câmaras sabem dos reais problemas das pessoas e não tratam dos casos administrativamente.

**Eu falava da tentação das câmaras mudarem tudo, designadamente a cooperação existente com as IPSS...**

Vamos passar por um processo em que vai ser necessário que as IPSS, o setor social demonstre a vantagem do seu trabalho. As Câmaras Municipais vão ter de fazer uma avaliação, mesmo as que têm as IPSS como parceiros, vão ter que fazer uma avaliação das vantagens e desvantagens desse modelo. O que lhe digo, refletindo sobre a experiência do meu Município de Matosinhos, é que acho que é altamente vantajoso o que está a acontecer no modelo assente na relação com as IPSS. Mas é claro que os presidentes de câmara vão ter condição de fazer a avaliação se querem internalizar esse serviço ou mantê-lo fora. É preciso que se demonstre as virtualidades deste modelo.

**Não estará isso mais do que demonstrado?**



**Não considera que pode haver razões meramente de cariz político para fazer essa internalização, como lhe chama?**

As normas subjacentes a todas estas respostas e o modelo que está desenhado é no sentido de evitar que isso aconteça. Os critérios, as formas de avaliação e as regras ficam inalteradas independentemente de quem assuma a competência, se é a autarquia se é através de uma IPSS.

**Há quem defenda que caso haja rescisões dos contratos com o Estado, ao arrepio de investimentos feitos pelas instituições, deva haver lugar a indemnizações...**

Eu aí respondo como jurista: é uma questão de direito que tem que ser analisada.

**No pacote do processo da descentralização na área social não poderá vir incluído o risco de uma proximidade perniciososa que leve à tentação de algumas câmaras tomarem conta das respostas por conveniência política?**

O importante é que as regras sejam bem definidas bem como os critérios de avaliação do trabalho realizado e a forma de exercício de competências. Se houver indicadores que tenham que ser demonstrados sobre a forma de atribuir prestações, como avaliar as situações, julgo que esse risco é mínimo. Acho que as válvulas de segurança estão nos diplomas.

**Pode haver transferência de recursos humanos do Estado central para as autarquias?**

Estamos ainda a trabalhar nessas matérias, mas penso, pelas informações que temos, que haverá poucas situações em que sejam transferidos funcionários da administração central para a local. Haverá sobretudo financiamento para contratação de pessoas.

**A Câmara do Porto saiu da ANMP por discordância com este processo de descentralização. Tem dito que o processo não está concluído e que, portanto, terá sido uma atitude precipitada e sem sentido...**

Nunca faz sentido. Mesmo que as coisas corram mal nós vamos estar unidos contra o governo, a resolver problemas, nunca os municípios uns contra os outros. Acho que, se nos dividirmos, é a fragilização do poder das autarquias. O presidente da ANMP, seja quem for, tem que liderar todos os municípios mesmo aqueles que têm capital de queixa contra o processo. Nós devemos unir-nos na defesa dos interesses comuns e não cada um por si a defender apenas os seus interesses.

**Como é que entende então esta atitude da Câmara do Porto?**

Não comento. É uma decisão que a C.M. do Porto e a Assembleia assumiram e eu tomo conhecimento dela.

**E o facto de haver outros municípios que ameaçam com um comportamento semelhante?**

Estamos a trabalhar num processo que visa acomodar as necessidades e as reivindicações e as situações de todos os municípios portugueses. Dos 308, incluindo o Porto. Tem de haver regras universais, transparentes e objetivas para todos. Espero que quando esta fase do processo terminar a ANMP continue a ser o espaço onde todos discutem, por vezes divergem, mas tem um denominador comum que é a defesa do municipalismo português. Espero que não haja razões para mais saídas. Na história da Associação Nacional de Municípios nunca houve divisão. Seria um mau contributo, não para a ANMP mas para os municípios.

**Tem dito que todos podem falar com o governo mas a negociação é feita só com a ANMP.**

O governo tem de falar com todas as autarquias, mas a relação com os municípios portugueses é feita só com a ANMP. É o interlocutor legítimo.

**Significa que o Porto não será prejudicado nem beneficiado por ter saído.**

A ANMP está a trabalhar para os 308 municípios. Não pode haver regimes de exceção em matéria de descentralização de competências.

**O que é que a pandemia, a guerra na Ucrânia e as eleições legislativas provocaram neste processo?**

O mundo mudou muito desde a aprovação da lei da descentralização de competências até à sua aplicação prática. A lei é de 2018 e no dia 1 de Abril tornou-se imperativo um conjunto grande de competências. Quando foi aprovada não se imaginava que nós íamos estar assim. Também por isso importa visitar algumas das regras estabelecidas. Sobretudo a situação financeira. As autarquias tiveram que reorientar as suas prioridades. Na pandemia tivemos que socorrer as pessoas com vacinas, testes, centros de vacinação, máscaras, equipamentos de proteção individual. Quando se analisar o que foi a prestação de Portugal na resposta à pandemia, ficará demonstrado, penso eu, que são os municípios que estão na primeira linha da resposta às populações. Quanto às consequências da guerra: recebemos refugiados e tivemos que encontrar locais de acolhimento, transporte, alimentação, vestuário, formalização da documentação, alojamento, cursos de português, escolas para as crianças... A resposta está nos municípios. Por outro lado, temos que lidar com o aumento de preços na energia, combustíveis, matérias-primas, obra, quem sente isso em primeira linha? Os municípios. A nossa condição financeira mudou e também por isso temos que ter mais cuidado na transferência de competências.

**A descentralização abre o caminho para a regionalização?**

Desde o congresso do PSD não vale a pena falar sobre isso. O novo líder meteu a regionalização na gaveta.

**JOSÉ A. DA SILVA PENEDA**  
Economista



# A História das Desigualdades Sociais

De 1914 a 1981 os desequilíbrios sociais atenuaram-se de forma muito significativa no continente europeu, incluindo o nosso País. Foram décadas em que se operou uma grande redistribuição de rendimentos e de propriedade e muito se atenuaram as desigualdades sociais.

Foram dois os fatores que mais contribuíram para essa evolução: o primeiro foi a crescente intervenção do Estado na promoção de políticas sociais. O poder público deixou de se dedicar quase exclusivamente às chamadas funções de soberania, como sejam a defesa, relações externas, cobrança de impostos, administração da justiça e garante da ordem pública e passou a desenvolver responsabilidades em domínios que até aí estavam fora da órbita da preocupação dos Estados, nomeadamente na saúde, educação, proteção social e habitação. Esta evolução aconteceu de forma mais expressiva no continente europeu, após a segunda guerra mundial num quadro de um programa político em que a paz foi assumida como objetivo maior, associado a outros objetivos de enorme importância como a liberdade, o princípio do estado de direito, a igualdade de todos perante a lei e a solidariedade. Desde essa altura até aos nossos dias os indicadores de acesso a cuidados de saúde, à educação, a infraestruturas de vária ordem, nomeadamente de saneamento básico, energia, comunicações são bem expressivos da enorme evolução que aconteceu naquelas décadas, graças à intervenção dos poderes públicos.

O segundo fator teve a ver com a introdução da progressividade nos sistemas fiscais. Os Estados passaram a tributar os mais ricos mais do que proporcionalmente em relação aos remediados e aos mais pobres. Foi esta significativa alteração que permitiu que os Estados pudessem arrecadar receitas suficientes para satisfazer as necessidades impostas pela execução das novas políticas sociais. Diga-se em abono da verdade que toda esta evolução teve como origem profundos movimentos sociais, alguns liderados por forças sindicais que influenciaram decisivamente os partidos políticos que até então não eram mais do que instituições que representavam as classes mais abastadas e poderosas.

A partir da década de 80 dá-se uma inflexão. A redistribuição que se foi verificando ao longo de grande parte do século XX na Europa foi-se esbatendo e são vários os indicadores que apontam para um agravamento das desigualdades, em que os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Penso que o tempo vivido entre 1914 e 1981 deve servir de lição para o futuro. Seguramente que uma das causas para a diminuição das desigualdades verificada ao longo daquelas décadas deve-se ao papel que os poderes públicos assumiram no alargamento da educação para todos, diminuindo de forma drástica o número de analfabetos. Mas nos nossos dias temos de nos interrogar sobre a capacidade que o ensino público tem revelado para preparar os jovens para uma cidadania ativa. A evolução recente do sistema de educação pública evidencia que este não tem contribuído para a finalidade com que o Estado passou a intervir nesse setor que tinha como objetivo maior a redução das desigualdades sociais. As famílias mais abastadas colocam cada vez com maior intensidade os seus filhos em estabelecimentos de ensino privado, que apresentam os melhores índices no ranking da qualidade do ensino ministrado e, porque o ensino público não acompanha a performances de privado, o País assiste ao aumento do fosso que separa os filhos das famílias mais favorecidos dos outros. Assim sendo, o elevador social não funciona e caminhamos para uma sociedade cada vez mais estratificada, onde o fenómeno da pobreza passa a ser condição hereditária, em que apenas uma muito pequena percentagem de filhos de famílias pobres se consegue libertar.

O mesmo acontece na saúde. O crescimento do número de cidadãos com seguros de saúde é o retrato de que muitos não confiam no serviço nacional de saúde e são várias as vozes que afirmam que se caminha para um sistema de saúde para os mais pobres e um sistema de saúde para os outros.

Mesmo na progressividade dos impostos, que foi outra das medidas que mais contribuíram para a diminuição da desigualdade entre 1914 e 1981 deveria proceder-se a exame cuidadoso

sobre se essa finalidade está a ser devidamente cumprida. Se é certo que a progressividade existe em termos do Imposto sobre as Pessoas Singulares, o mesmo não acontece noutros impostos diretos. Ainda em termos de atenuação das desigualdades valerá a pena pensar em diminuir a carga fiscal sobre o fator trabalho no que se refere ao financiamento da segurança social.

Estamos perante uma situação em que a inversão da tendência que se vem a verificar no que respeita ao aumento das desigualdades obriga a que se adotem medidas enérgicas que invertam esta preocupante evolução de desenvolvimento de fatores que aumentam as desigualdades e que podem conduzir a fenómenos de crispação e de violência social.

Em minha opinião fará todo o sentido que o Estado proporcione condições para a existência de uma forte cooperação entre os setores público, privado e social que deveria ser objeto de um grande Pacto de Compromisso.

Algum caminho nesse sentido parece ter sido percorrido com a assinatura, em finais do ano passado, do chamado Pacto de Cooperação celebrado entre o Governo e a os Presidentes da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (AMNP), da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), da União das Mutualidades Portuguesas e da CONFECOOP (Confederação Cooperativa Portuguesa). Todavia, parece que ainda há algumas dúvidas sobre a aplicação no terreno das medidas acordadas, o que levanta sérias preocupações a todas as instituições envolvidas e que se não forem rapidamente colmatadas pode gerar um clima de desconfiança que é a antítese do que se pretendia com a celebração deste tipo de Pactos.

Um bom relacionamento entre o poder público e os setores privado e social nas áreas da educação, da saúde e das políticas sociais é algo de decisivo para evitar muito desperdício e contribuir para que o desempenho do País nestes domínios possa contribuir para o desenvolvimento mais equilibrado da sociedade.

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde



# Voando sobre um ninho de cucos

**1** - Ainda recordo a intervenção do então Primeiro-Ministro, António Guterres, aquando do referendo sobre a regionalização, em 1998, defendendo com sinceridade – não como o Fernando Pessoa: “Quando falo com sinceridade, não sei com que sinceridade falo. Sou variamente outro do que um eu que não sei se existe (se é esses outros). Sinto crenças que não tenho.” –, defendendo com sinceridade, repito, a reforma administrativa que propôs para o nosso País, através da criação de regiões administrativas, com órgãos legitimados pelo voto popular e directo e com competências mais amplas e qualitativamente diferenciada das de que dispunham (e dispõem) as autarquias locais.

Talvez fosse porque as palavras de António Guterres ecoavam nas minhas próprias ideias quanto à forma de ver organizado e desenvolvido o meu País, mas o certo é que a sua afirmação de que, pela primeira vez, um Governo em funções propunha a diminuição dos seus próprios poderes, competências e atribuições, defendendo que a democracia ganhava e se aprofundava quanto mais equilibrada fosse e distribuição das competências pelas várias instâncias territoriais, com voluntária e democraticamente caucionada perda de poder por parte do centro, em benefício das instâncias periféricas, essa afirmação, reitero-o, pareceu-me então o melhor argumento que sustentasse a consagração desse modelo de organização político-administrativa.

Como se sabe, esse referendo foi então – em 1998, há quase 25 anos – objecto de um debate aceso, em que adversários e defensores da reforma administrativa se organizaram de forma transversal à sua orientação político-partidária corrente, partilhando com adversários da véspera o apoio ou a oposição à reforma.

Mais partilhando a oposição do que o apoio, valha a verdade que se diga.

Com efeito, basta lembrar a entente de Marcelo Rebelo de Sousa, então Presidente do PSD, Mário Soares, ex-Presidente da República, a corrente mais jacobina do PS e o Rui Rio de então, juntos pela defesa do “Não”, em contraponto à absoluta solidão de António Guterres – que, todavia, tinha razão.

Menos no mapa, que repartia o território numa pulverização de circunscrições sem massa crítica para impor ao poder central os interesses dos respectivos eleitores e que originou em muitas circunstâncias o voto de rejeição da reforma.

Na verdade, só há autonomia quando a instância mais frágil dispõe de condições para afrontar os interesses da instância mais poderosa e para lhe poder impor as suas próprias propostas.

O voto é uma arma, como se proclamava nos idos de Abril de 1974.

**2** – Perdido o referendo, veio a descentralização de competências de várias áreas do Estado Central nas autarquias locais, como substituto, ou placebo, da regionalização verdadeira e própria.

Tinha a vantagem de não depender do requisito referendário instituído para a regionalização pela Constituição, obtendo-se o mesmo efeito de alívio do centro sobrecarregado e de reforço da periferia desguarnecida.

Já vem de longe esta ideia de reforma, aliás argumento utilizado pelos arautos do Portugal Uno para incutir na cidadania a percepção de que os mesmos efeitos da regionalização se obteriam por este seu substituto: a descentralização, através da transferência de competências.

Vem pelo menos desde que Rui Rio era Presidente da Câmara do Porto e António Costa Presidente da Câmara de Lisboa – e, vacinados pelos empecilhos suscitados pelo poder central ao desenvolvimento das comunidades e territórios que governavam, acertaram esta reforma, quando dispusessem de poder para a levar a cabo.

Foi, como se sabe, um compromisso que cumpriram, quando coincidiram António Costa como Primeiro-Ministro e Rui Rio como Presidente do PSD – sendo essa uma das escasas reformas que mereceu o consenso parlamentar de ambos os partidos do Bloco Central e quer valeu a Rui Rio a acusação entre os seus de ser uma muleta do PS.

Vem, pelo menos, desde há seis anos – tantos quantos Costa leva após ter saído da Câmara de Lisboa.

Não tem corrido bem!

O Porto já saiu da Associação Nacional de Municípios, à conta da má condução do processo de descentralização, e outros Municípios, embora não saindo, como Lisboa, não deixam de acompanhar o Porto nas suas reivindicações.

Pela primeira vez, instalou-se a divisão na Associação Nacional de Municípios e os sucessivos recuos e cedências feitas pelo Governo para salvar a reforma só podem ter o significado de que o Porto tinha razão nas suas queixas, como aqui referi na última crónica.

Instalou-se a percepção de que o Governo apenas desiste de competências menores, e quer pagar a sua execução futura pelos Municípios a preço de saldo.

Continua com o poder, mas sem a despesa; ficando os municípios com a despesa, mas sem o poder.

**3** – Por outro lado, quando os municípios detêm poder efectivo, conferido por lei, arriscam-se

a perdê-lo.

Em caso da construção de novos aeroportos, o município onde tal infraestrutura seria construída dispõe de poder de veto, conferido por lei, sobre a localização proposta, inviabilizando a respectiva construção.

Trata-se de um poder com consistência efectiva, que representa a afirmação do direito de uma comunidade local querer preservar a sua segurança e bem-estar, necessariamente afectados por uma infraestrutura aeroportuária.

Por isso mesmo a querem retirar da cidade de Lisboa.

Tal veto ocorreu num município da Grande Lisboa, a propósito da construção do novo Aeroporto Humberto Delgado.

Qual a solução que o Governo quer adoptar para resolver o imbróglio? Alterar a lei, retirando, à sombra da maioria absoluta, tal poder aos municípios.

Até pode considerar-se que, tratando-se de uma infraestrutura desta dimensão, o interesse público geral deve prevalecer sobre os interesses locais, mesmo que respeitáveis.

Mas o ponto não é esse.

Essa alteração da lei, a ocorrer, e por muito bons que sejam os motivos, causará um dano ao processo de descentralização bem maior do que todas as vantagens que provenham da transferência de competências em curso.

Sinaliza um critério de decisão – de reforço de centro.

Para além da circunstância de, numa democracia adulta, ser impensável um Governo, só porque dispõe de maioria absoluta, alterar uma lei da República para resolver uma contrariedade pontual e individualizada, suscitada pelo legítimo exercício de um direito por parte de um município.

Com efeito, e como já sabíamos de experiências anteriores, as maiorias absolutas são pouco amigas dos direitos dos outros; designadamente quando esses direitos estorvam, como é seu dever, o exercício do poder executivo.

A confusão e a novela que vai no processo de construção do novo Aeroporto de Lisboa bem dispensava esta agravante.

**4** – Porquê o título da crónica?

Porque não sabemos se nestes voos andam pássaros a pôr os ovos nos ninhos dos outros.

INICIATIVA DA FUNDAÇÃO EDP PREVÊ O ACESSO A 20 VEÍCULOS 100% ELÉTRICOS

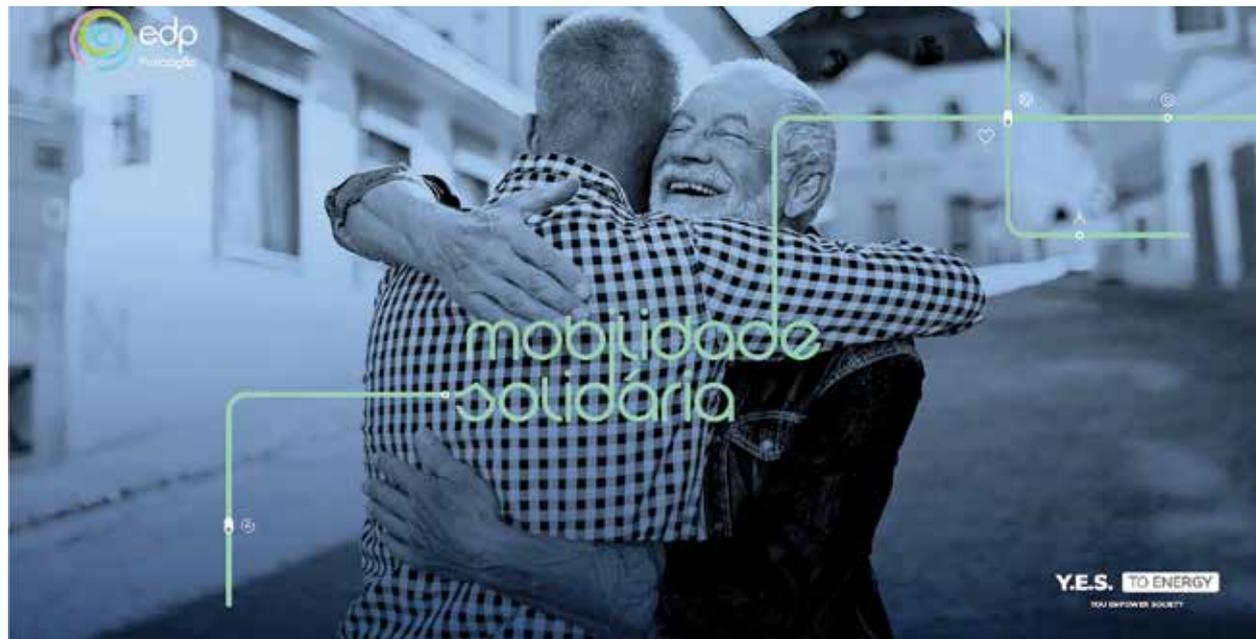
# Candidaturas ao Programa Mobilidade Verde até dia 31 de julho

No âmbito do programa Mobilidade Solidária, a Fundação EDP vai promover o acesso a veículos 100% elétricos a instituições do Sector Social Solidário. O programa tem como principal objetivo promover a redução da pegada carbónica do Sector Social, criar condições para uma poupança efetiva para as entidades e, ao mesmo tempo, fomentar o conhecimento sobre a mobilidade elétrica e a sua relevância para um planeta mais sustentável.

Com esta iniciativa, a Fundação EDP prevê o acesso a 20 veículos 100% elétricos, instalação de wallboxes de carregamento, apoio aos gastos com eletricidade e formação sobre utilização eficiente. A sua implementação contará com o apoio da Leaseplan, sobretudo na componente de formação.

Os interessados devem apresentar candidatura até ao próximo dia 31 de julho de 2022, no site da Fundação EDP e podem candidatar-se a este programa entidades da Economia Social, sem fins lucrativos, constituídas como Associações, Cooperativas, Fundações ou Misericórdias, que desenvolvam a sua atividade em território nacional.

As candidaturas serão analisadas com base em critérios de impacto social, tais como o



número de beneficiários da instituição candidata e o número médio de deslocações.

“O caminho que estamos a percorrer rumo a uma transição energética justa e inclusiva tem necessariamente de incluir os protagonistas do Terceiro Setor. Com este programa de

mobilidade solidária, a Fundação EDP pretende dar o seu contributo para que tal aconteça, sensibilizando as instituições sociais para a necessidade de descarbonização e de uma atividade social energeticamente eficiente”, defendeu Vera Pinto Pereira, presidente da Fundação EDP.

OBRA DIOCESANA DE PROMOÇÃO SOCIAL, PORTO

## Apoio excecional da autarquia mantém CATL em funcionamento por mais um ano

A Obra Diocesana de Promoção Social (ODPS), a maior instituição do distrito do Porto e uma das maiores a nível nacional, vai manter os dois CATL (Centros de Atividades de Tempos Livres) que estavam na iminência de fechar, por questões de insustentabilidade financeira, devido à decisão da Câmara Municipal do Porto de continuar a assegurar essa resposta social à comunidade, através da atribuição de mais um apoio financeiro excecional à instituição que atua em 12 bairros sociais da cidade Invicta.

O montante superior a 45 mil euros é atribuído pelo período de um ano, não renovável, e destina-se a garantir a continuidade da resposta social de CATL à comunidade, até ser encontrada alternativa estruturada, lia-se na proposta do vereador da Coesão Social, Fernando Paulo, e que foi aprovada por unanimidade em reunião do executivo camarário.

O apoio surge na sequência de uma decisão tomada há um ano pela autarquia, que na altura entendeu justificado o apoio à ODPS no montante de 100 mil euros para manter a resposta nos centros sociais da Fonte da Moura, Lagarteiro, Regado e São Roque da Lameira.

“A Obra Diocesana em colaboração com o Município e com a Segurança Social, encontrou

uma solução alternativa no território para os utentes dos CATL da Fonte da Moura e do Regado”, notou Fernando Paulo.

Permanecem em atividade os CATL do Lagarteiro e São Roque da Lameira, cuja continuidade é assegurada pelo apoio financeiro excecional aprovado pelo executivo camarário, “de forma a não criar uma rutura na oferta destas atividades aos agregados familiares, nos referidos territórios”, acrescentou o vereador da Coesão Social.

“Durante este ano trabalhámos para encontrar alternativa. Foi possível encontrar uma resposta adequada em dois casos; os outros dois têm de ser mantidos em funcionamento. Vamos manter as reuniões de trabalho para encontrar alternativas”, defendeu Fernando Paulo.

A Obra Diocesana manifestou junto da Segurança Social, em junho de 2021, a intenção de cessar os acordos de cooperação para o funcionamento dos quatro CATL na cidade.

“A Obra Diocesana fundamentou a sua decisão no desequilíbrio de exploração da referida resposta social, comprometendo, desta forma, a sustentabilidade da instituição no curto-prazo”, recordava o vereador na proposta apresentada e aprovada.

“O défice de exploração deveu-se, essencialmente, a uma diminuição progressiva de utentes a frequentar a resposta de CATL, com efeitos no valor de financiamento das comparticipações por parte do Instituto da Segurança Social, ao baixo valor das comparticipações familiares, atendendo ao nível socioeconómico dos agregados familiares, e aos custos fixos com os recursos humanos afetos à resposta social”, explicou ainda o vereador Fernando Paulo na proposta apresentada, acrescentando: “A Obra Diocesana é uma das Instituições Particulares de Solidariedade Social que, de forma mais perene e constante, tem desenvolvido o seu trabalho em áreas como o apoio à infância, juventude e idosos, junto das comunidades mais vulneráveis da cidade do Porto, participando ativamente na Rede Social do Porto e nos seus órgãos. Tendo em conta a sua história e a sua ligação ao município, os serviços prestados pela Obra Diocesana desenvolvem-se em edifícios cedidos pelo Município do Porto, integrados, na sua grande maioria, nos bairros de habitação pública municipais e titulados por contratos de cedência outorgados ao longo dos anos”.

Fica assim, pelo menos ao longo do próximo ano, resolvido o problema da resposta social de CATL nos referidos quatro bairros sociais do Porto.

CENTRO DE BEM-ESTAR SOCIAL DE GLÓRIA DO RIBATEJO, SALVATERRA DE MAGOS

# Dinheiro do PARES 3.0 para melhorar Centro de Dia e construir uma ERPI

No passado mês de junho, decorreu a cerimónia de assinatura e entrega dos Contratos de Participação Financeira do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES 3.0), que o Centro de Bem-Estar Social de Glória do Ribatejo acolheu nas suas instalações.

O PARES 3.0 conta a nível do distrito de Santarém com 38 candidaturas aprovadas, num valor global de 43.344.414 euros, sendo o investimento público de 27.510.978€, para uma intervenção em 2.694 vagas.

O Centro de Bem Estar Social de Glória do Ribatejo (CBESGR), como entidade anfitriã e única instituição com candidatura aprovada nos concelhos do Vale do Sorraia (Salvaterra de Magos, Coruche e Benavente), pela voz do seu presidente, Rogério Monteiro, agradeceu a presença de tão ilustres dirigentes nacionais, sublinhando ainda o nobre motivo da deslocação a Glória do Ribatejo: o apoio ao Sector Social Solidário.

O CBESGR apresentou uma candidatura para ampliação/remodelação do edifício existente, com vista à redefinição das respostas de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e a criação da resposta social Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI).

Terminada a empreitada, a capacidade da instituição passará a ser de 36 utentes em ERPI; 25 em Centro de Dia; 35 em SAD e 41 em Creche, que, no entanto, não é afetada por este projeto.

CÁRITAS DIOCESANA DE COIMBRA

## Comitiva da Cáritas Portuguesa visitou congénere conimbricense

A Cáritas Diocesana de Coimbra recebeu nas suas instalações uma comitiva da Cáritas Portuguesa, que ali se deslocou com o propósito de conhecer no terreno a instituição, as suas áreas de intervenção e alguns dos seus projetos inovadores que têm vindo a ser implementados.

Rita Valadas, presidente da Cáritas Portuguesa, João Pereira, secretário-geral, e Isabel Quintão, técnica de Intervenção Social, foram recebidos na Cáritas de Coimbra, pelo seu presidente, Manuel Antunes, que começou por fazer uma breve contextualização das várias respostas sociais disponibilizadas pela instituição.

Acompanhados por Manuel Antunes e ainda pelo diretor-geral de Serviços, Carlos João Diogo, a comitiva liderada por Rita Valadas conheceu a sede e vários polos da instituição conimbricense. Durante a manhã, visitaram a Creche e Jardim de Infância do Centro Nossa Senhora da Anunciação e ainda foram ao Centro Rainha Santa Isabel, onde conheceram as cinco respostas sociais existentes: Unidade de



O investimento aprovado teve o valor global de 1.337.472 euros, sendo a parte pública de 1.069.977 euros e a restante a assumir pelo CBESGR, em parceria com a Câmara Municipal de Salvaterra de Magos e a União de Freguesias de Glória do Ribatejo e Granho, bem como de quem na comunidade se disponibilize a ajudar.

A sessão de assinatura e entrega dos contratos contou com a presença da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança

Social, Ana Mendes Godinho, do secretário de Estado do Trabalho, Miguel Fontes, do secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, do presidente da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, Hélder Esménio, do diretor da Segurança Social do Centro Distrital de Santarém, Renato Possante Bento, do presidente da União de Freguesias de Glória do Ribatejo e Granho, entre muitos convidados e dirigentes de IPSS contempladas com pelo PARES 3.0.

Longa Duração e Manutenção, Lar de Grandes Dependentes, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e, ainda, a Clínica de Medicina Física e Reabilitação. Ainda durante a parte da manhã, visitaram o Lar de Santo António, uma das ERPI da instituição de Coimbra.

Já na parte da tarde, o grupo reuniu com os elementos do Conselho Geral da Cáritas Diocesana de Coimbra. Após esse momento, a visita prosseguiu para a Baixa de Coimbra, onde os visitantes conheceram o Centro Comunitário de Inserção (CCI) e todo o trabalho desenvolvido pela instituição neste local.

O CCI apoia adultos em situação de vulnerabilidade social, procurando assegurar através dos seus serviços ações que promovam e reforcem a sua capacidade de (re)integração social, autonomização e participação cívica. Além de todo o trabalho visível, os visitantes não ficaram indiferentes à biblioteca disponível nestas instalações, com prateleiras totalmente preenchidas por livros doados das mais diversas áreas.

Ainda na Baixa, visitaram a Equipa de Rua «Reduz», resposta social da Cáritas de Coimbra criada em 2002, que se apresenta como um modelo alternativo e também complementar aos modelos tradicionais de intervenção e à estratégia de tratamento. Esta Equipa de Rua foca-se na intervenção psicossocial de primeira linha com indivíduos envolvidos em problemáticas de adição e/ou alcoolismo (sem enquadramento sociofamiliar).





Servimos bem-estar.

# TRIVALOR

## SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÔNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

 [WWW.TRIVALOR.PT](http://WWW.TRIVALOR.PT)

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, N.º 10 - 2790-078 CARNAXIDE  
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808  
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488  
E-MAIL: [TRIVALOR@TRIVALOR.PT](mailto:TRIVALOR@TRIVALOR.PT)

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

UNICEF

# Crise alimentar mundial provoca aumento de subnutrição a crianças

A crise alimentar mundial já provocou subnutrição grave a mais de 260 mil crianças desde o início deste ano, o que se traduz em “uma criança a cada minuto que passa”, revelou hoje a UNICEF.

O Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) aponta a “guerra na Ucrânia e alterações climáticas” como principais responsáveis devido à “escalada no preço dos alimentos e dos tratamentos terapêuticos”.

“Desde o início do ano, a escalada da crise alimentar global levou a que 260 mil crianças adicionais viessem a sofrer perda de peso severa em 15 países afetados pelo impacto desta crise de forma particular, inclusive no Corno de África e na região do Sahel”, especificou a organização, em comunicado.

Além disso, alerta a UNICEF, “o aumento dos preços dos alimentos” devido à guerra, “os cortes orçamentais provocados pela pandemia de covid-19 (RTUTF)” e também “a

seca extrema em muitos países fizeram disparar a necessidade de Alimento Terapêutico Pronto a Usar”, cujo custo deverá sofrer um “aumento de 16% nos próximos seis meses”.

“Atualmente, pelo menos 10 milhões de crianças que se encontram gravemente subnutridas, ou duas em cada três, não têm acesso ao tratamento mais eficaz, através do Alimento Terapêutico pronto a Usar”, uma pasta à base de amendoim enriquecido com nutrientes, destacou o gabinete das ONU.

Além disso, o aumento do preço do RTUTF em “cerca de 16% durante os próximos seis meses poderá significar que mais de 600 mil crianças fiquem sem acesso a este tratamento salva-vidas”.

Por isso, a UNICEF Portugal lançou um apelo para “sensibilizar e angariar fundos que permitam o acompanhamento de crianças e das suas famílias”, num “esforço para salvar vidas diariamente”.

Nesse sentido, a organização apela para a



disponibilização de “um pacote financeiro na ordem dos 1,2 mil milhões de dólares” para aplicar em “serviços e cuidados de nutrição essenciais para evitar milhões de mortes infantis” nos países mais afetados pela crise alimentar e “responder às necessidades imediatas das crianças que sofrem de subnutrição grave”.



## SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995

### Novas versões

- |   |   |
|---|---|
| <b>US</b> UNIDADES DE SAÚDE                 | <b>PEM</b> PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (CERTIFICADO SPMS) |
| <b>CP</b> CONTROLO DE PRESENCAS             | <b>PC</b> PROCESSOS CLÍNICOS UCC                    |
| <b>ACC</b> ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO | <b>PC</b> PROCESSOS CLÍNICOS ERPI                   |
| <b>UTC</b> UTENTES CT (CERTIFICADO AT)      | <b>ASS</b> ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS                   |
| <b>GI</b> GESTÃO DE IMÓVEIS                 | <b>CNT</b> CONTABILIDADE ESNL                       |
| <b>IMO</b> IMOBILIZADO ESNL                 | <b>LAN</b> LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE |
| <b>ORD</b> ORDENADOS                        | <b>ORC</b> MÓDULO ORÇAMENTOS                        |

- + de 40 aplicações
- + de 900 clientes
- Garantia de satisfação
- Demonstrações grátis e sem compromisso
- Assistência remota
- Formação online

Contacte-nos para orçamentos, demonstrações ou mais informação.

TELEFONE +351 253 408 326  
TELEMÓVEL +351 939 729 729  
EMAIL [tsr@tsr.pt](mailto:tsr@tsr.pt)

ENCONTRE-NÓS EM [www.tsr.pt](http://www.tsr.pt)

COVID-19

# Tribunal de Contas deteta falhas do Estado nos apoios aos lares

O relatório da auditoria “COVID 19 - Apoios do Estado às IPSS com Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas” aponta que os lares foram apoiados em 2020 por “várias entidades públicas”, face à emergência da pandemia de covid-19, mas ainda assim “a dimensão do impacto adverso da pandemia nas ERPI, em 2020, foi significativa”.

O Tribunal de Contas (TdC) refere que o Estado lançou várias medidas de apoio, de natureza financeira e operacional, com a ajuda das quais as ERPI “mantiveram a sua atividade apesar do impacto negativo da doença”.

“Foram instituídos apoios para mitigar os impactos da pandemia nas IPSS com os custos acrescidos de funcionamento (52,9 M€), para reforçar o número e a capacitação dos recursos humanos (25,5 M€) e através das medidas de proteção e apoio à tesouraria e liquidez foram concedidos 79,6 M€ em empréstimos e diferido o reembolso de 1,4 M€ de prestações de empréstimos”, lê-se no relatório.

O documento acrescenta que também foram realizadas visitas de monitorização e acompanhamento das medidas de prevenção aos lares e lançado um programa de testagem preventiva para os trabalhadores dos lares.

Apesar de todos estes apoios, a dimensão do impacto nas ERPI “foi significativa” e dá como exemplo que em 2020 cerca de 46,9% (1.189) das ERPI tiveram casos confirmados de covid-19 e que dos quase 24 mil casos confirmados de infeção, a maior parte (69,9%) dizia respeito a utentes, além de se terem registado 1.923 mortes.

O TdC enuncia que os lares com acordo de cooperação beneficiaram em 2020 de dois aumentos das comparticipações financeiras pagas pela Segurança Social, um regular de 10 milhões de euros e um outro extraordinário de 5,5 milhões de euros.

“Nos últimos três meses de 2020, o cálculo da comparticipação financeira paga pela Segurança Social às ERPI devia ser efetuado com referência às frequências pré-pandemia, se maiores. Potencialmente, a medida poderia abranger 379 IPSS, mas só 18 foram apoiadas em 2020”, aponta o TdC.

De acordo com o TdC, esta medida poderia ter beneficiado cerca de 441 ERPI, entre 379 IPSS, correspondendo a 4.047 utentes, mas “ficaram por realizar a maioria dos pagamentos às IPSS, tendo a execução financeira em 2020 se cifrado em apenas 59,7 milhões de euros, abrangendo 18 IPSS”.

Dá como exemplo o programa “Adaptar Social+”, que teve uma forte adesão, “mas um impacto limitado por uma dotação inicial insuficiente face à procura, dificuldades das entidades no preenchimento dos formulários de candidatura e atrasos na aprovação das candidaturas”.



De acordo com o TdC, “contexto de emergência não permitiu desenvolver um sistema de informação para operacionalização do programa ou formulários eletrónicos” e detetou várias deficiências na informação de registo das candidaturas e de monitorização do programa.

Aponta também que os financiamentos concedidos a entidades de economia social através da Linha de Apoio ao Setor Social COVID-19 ascenderam a 81,4 M€, que as IPSS com dívidas ao Fundo de Reestruturação do Setor Solidário tiveram a oportunidade de pedirem o diferimento dos reembolsos previstos para 2020 e que o programa MAREESS ajudou a colmatar a falta de pessoal nas instituições.

Refere igualmente que as Brigadas de Intervenção Rápida (BIR) foram importantes para a manutenção em funcionamento das ERPI durante o quarto trimestre de 2020, em particular das que foram afetadas por surtos, tendo estas brigadas apoiado 250 lares entre outubro e dezembro de 2020.

Destaca que foi promovida a testagem a profissionais das ERPI, de unidades de cuidados continuados e de outras respostas sociais dedicadas a pessoas idosas, e que foram criadas

vagas extra acordo de cooperação nas ERPI para as pessoas idosas que continuavam internadas após alta clínica por motivos sociais e que precisavam de uma resposta de acolhimento.

A auditoria serve também para o TdC deixar recomendações a várias entidades públicas, desde logo ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, ao qual é sugerido que desenvolva uma estratégia nacional de medidas ativas de emprego para a área de apoio a pessoas idosas e que em futuras situações de emergência pondere a criação de apoios mais abrangentes e adaptáveis, de modo a simplificar e agilizar procedimentos.

Por outro lado, recomenda ao Instituto de Segurança Social, ao Instituto de Emprego e Formação Profissional e ao Banco de Fomento que criem mecanismos de monitorização e controlo mais robustos e de deteção e correção de irregularidades.

Especificamente para o ISS, o TdC deixa a recomendação para que simplifique os processos de candidatura a programas e apoios e faça ações de controlo aos apoios concedidos no âmbito do programa Adaptar Social+ e que divulgue os resultados.

JOSÉ FIGUEIREDO  
ECONOMISTA



## A derrocada das bitcoins ou porque não acredito que sejam o dinheiro do futuro

As criptomoedas estão de novo na berra.

Uma das razões é a correção brutal de valor que sofreram nos últimos tempos. Desde novembro de 2021 que a bitcoin, a mais conhecida das criptomoedas, perdeu cerca de dois terços do valor de mercado.

Outro dos motivos de interesse é a experiência de El Salvador, país onde a bitcoin tem, desde algum tempo, curso legal.

Finalmente, um pouco por todo o lado (também em Portugal), começa a falar-se da necessidade de regulação bem como de tributação dos ganhos com o dinheiro digital.

Creio que terei sido dos primeiros a interessar-me pelas moedas digitais e a escrever sobre o tema.

Fiquei simplesmente fascinado com a simplicidade do conceito e, sobretudo, com o sistema de suporte, a famosa blockchain, ou, se quisermos dizer em português, o sistema descentralizado de registo e confirmação das transações.

Notar que a ideia do dinheiro digital nasceu como utopia libertária.

Satoshi Nakamoto, seja lá quem for (não é garantido que se conheça a pessoa (ou pessoas) por trás do pseudónimo), pretendia criar uma forma de dinheiro que não dependesse do poder coercivo do estado, que estivesse ao abrigo da arbitrariedade dos bancos centrais, que pudesse ser criada e circular numa comunidade livre, entre iguais e sem qualquer poder centralizado.

Mais utópico e mais libertário seria impossível.

Curiosamente, o meu deslumbramento intelectual nunca me impediu de perceber desde o início que, embora defenda que o dinheiro como o conhecemos hoje está obsoleto, as bitcoin nunca seriam o dinheiro do futuro.

O dinheiro, para ser dinheiro, deve preencher três funções: unidade de conta, meio de pagamento e reserva de valor.

Não me ocorre nada cujo valor se exprima em bitcoins. Em teoria seria possível fazê-lo. À cotação atual um café custaria mais ou menos 2 milésimos de cêntimo de uma bitcoin. Convenhamos que não parece muito prático!... Acresce o problema da instabilidade. Como o valor da cotação das bitcoins varia muito em prazos curtos, a expressão numérica dos preços seria praticamente impossível de acompanhar. Manifestamente não é conveniente como unidade de conta.

Poderia servir como meio de pagamento se a aceitação fosse generalizada (ou obrigatória como acontece em El Salvador). Mas, mais uma

vez, não seria prático. Com bitcoins poderíamos fazer cinco pagamentos por segundo, um sistema como a Visa, por exemplo, permite fazer vinte e quatro mil.

A função do dinheiro que as bitcoins mais aproximam é a reserva de valor. Nada nos impede de comprar bitcoins como uma classe de ativos, da mesma forma como temos contas bancárias, ações, títulos de dívida, ouro, etc.

Contudo, mesmo como reserva de valor, as bitcoins têm inconvenientes.

Não há um fundamento real para o seu valor. Podemos sempre dizer que, como qualquer outra coisa neste nosso vasto mundo, as bitcoins valem o que alguém está disposto a pagar por elas e também é verdade que as podemos converter em dinheiro “real” através dos mercados.

Nesta perspetiva podemos classificar as bitcoins como uma espécie de ouro digital. Também não se conhece ao ouro um valor intrínseco importante embora, ao contrário das bitcoins, sempre possa ser usado para fazer joalharia ou numas quantas aplicações industriais.

O problema é que as cotações das bitcoins tendem a ser altamente voláteis, ou seja, podem servir como reserva de valor embora com risco elevado. Por exemplo, quem comprou mil euros em bitcoins em finais de 2021 tem agora +/- 300 euros à cotação atual.

A maior fragilidade das criptomoedas, enquanto potencial alternativa ao dinheiro convencional, é que não são escaláveis.

Os estudiosos do BIS já fizeram um cálculo por alto e chegaram à conclusão de que, para substituir todo o dinheiro atual por criptomoedas, seria necessário utilizar energia elétrica acima das capacidades de produção totais do planeta.

A criação de criptomoedas é feita por um processo de “mineração”. Basicamente trata-se de resolver problemas que implicam uso intensivo de sistemas informáticos, os quais, obviamente, gastam energia elétrica. O processo é intensivo em energia e é, portanto, ambientalmente um desastre e sê-lo-á tanto mais quanto maior for a escala da “mineração”.

Resumindo: as criptomoedas são uma catástrofe ecológica, são essencialmente inúteis como dinheiro e, embora possam ser usadas como reserva de valor, parece agora claro que também não são particularmente atrativas para esse efeito - configuram uma classe de ativos em que o risco é elevado e as recompensas incertas.

E que tal está a correr a experiência de El Salvador?

Aparentemente não muito bem.

El Salvador tinha um motivo para incentivar o uso de bitcoins. Cerca de 25% do PIB do país são remessas de emigrantes. O envio de dinheiro transfronteiriço pelos meios convencionais continua a ser caro, lento e ineficiente. O dinheiro digital será o meio eficaz de ajudar as pessoas, nomeadamente as mais pobres, a fazer circular internacionalmente o dinheiro com eficácia e custos razoáveis.

Desde que o país acolheu a bitcoin as remessas, excluindo um pico inicial e não repetido, não mexeram significativamente.

Para incentivar o uso do dinheiro digital o governo salvadorenho tomou um amplo conjunto de medidas.

Desde logo o curso legal da bitcoin, ou seja, ninguém pode recusar o pagamento em moeda digital e o próprio estado aceita o pagamento dos impostos com esse dinheiro.

Existe um incentivo de 30 dólares (pago em bitcoin) para quem descarregar a aplicação de pagamentos Chivo. Não é um incentivo pequeno – corresponde a quase 10% do salário médio mensal.

São concedidos descontos nos combustíveis a quem pagar com a aplicação digital e, obviamente, existe uma campanha massiva de suporte ao uso do dinheiro digital.

Não obstante o esforço gigantesco do estado menos de 10% da população tem conhecimento da aplicação de pagamentos digitais, apenas cerca de 5% está apta a utilizá-la, somente cerca de 2% continua a usar depois de receber os 30 dólares de incentivo inicial e percentagens ínfimas da população usam dinheiro digital para pagar impostos ou fazer remessas.

O estado salvadorenho está em risco de perder imenso dinheiro no stock de bitcoins que comprou ou que, entretanto, recebeu.

O voluntarismo do governo de El Salvador não vai dar bons resultados.

Isso não invalida o que ficou dito acima – o dinheiro como o conhecemos hoje está obsoleto, o dinheiro do futuro será digital e chegará o dia em que os vindouros acharão estranho que em tempos se tenha usados as pouco higiénicas notas e moedas (ou mesmo cartões de plástico) como meio de pagamento – o que restar de tais coisas será visto como relíquias bárbaras.

Mas não chegaremos ao dinheiro digital com utopias libertárias, criptomoedas e quejandos. O caminho será outro. Eventualmente voltaremos a este tema.



**ESPECIALISTAS  
EM FORNECIMENTO  
ALIMENTAR  
E NÃO ALIMENTAR**



**30** ✓

Marcas Representadas

**19** ✓®

Marcas Próprias

**5.800** 🚚

Pontos de entrega

**4.800.000** 🚛

km / ano

**120.000** 📦

Toneladas /ano  
de alimentos de alta  
qualidade

**175 M** €

Em vendas

**100%** 🇵🇹

Cobertura Nacional  
e Ilhas (Madeira e Açores)  
e exportação para África,  
Ásia, Europa e América

**+24.000** 🧴

Referências alimentares  
e não alimentares

**8** 🏠

Plataformas Logísticas:  
Lisboa, Porto, Viseu,  
Covilhã, Algarve, Açores  
(São Miguel e Terceira)  
e Madeira



LISBOA: 210 420 000  
ALGARVE: 282 484 009  
PORTO: 220 406 900

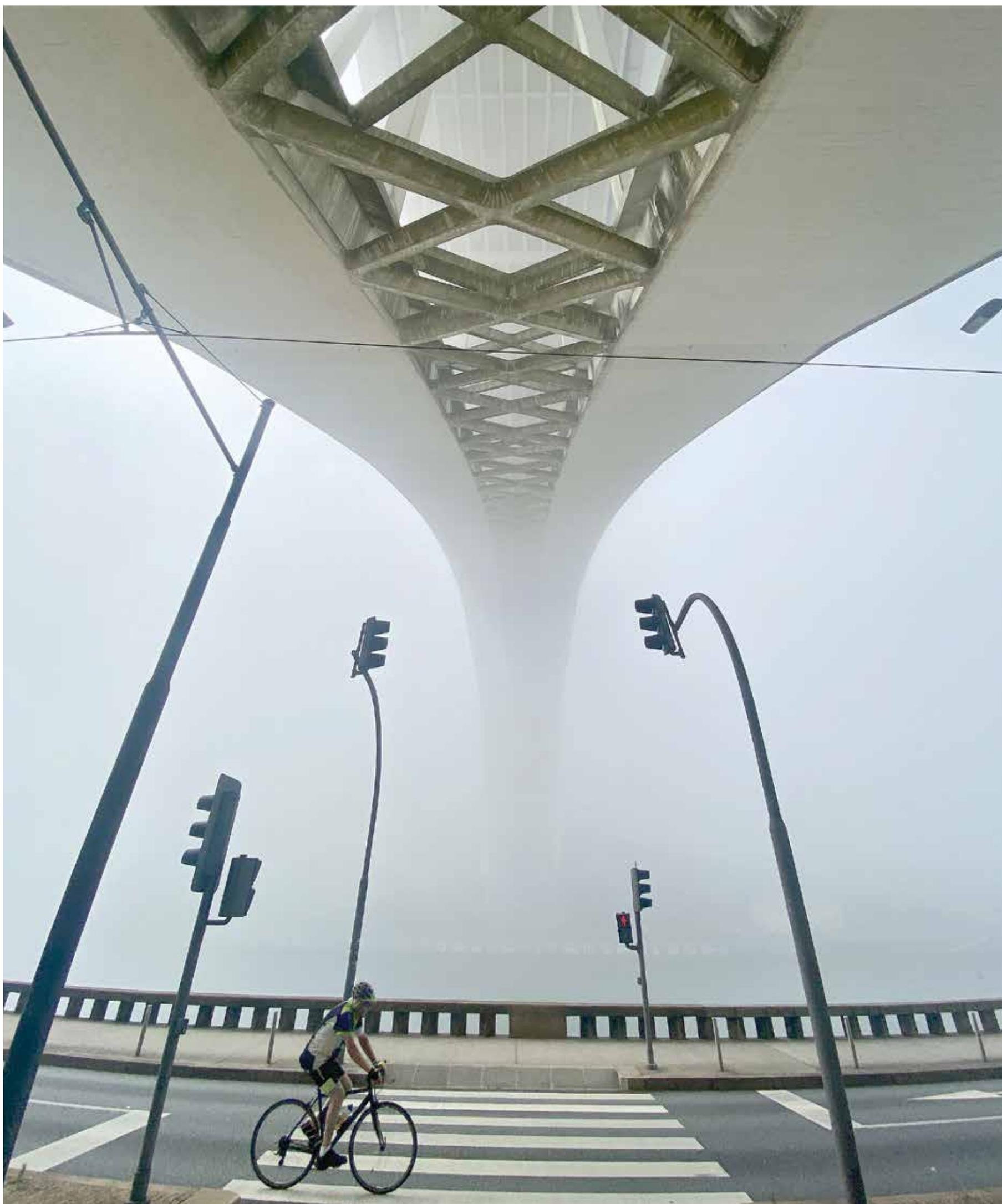
COVILHÃ: 275 320 600  
VISEU: 232 430 470  
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550  
TERCEIRA: 295 513 048  
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS  
Nº 2008/AMB0364  
Nº 2019/SST.0521  
Nº 2006/CEP2827  
Nº 2008/GSA0037

**TRIVALOR**  
trivalor.pt



**Tempos estranhos...**

**FICHA TÉCNICA**

**Propriedade:** CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** [jornal.solidariedade@gmail.com](mailto:jornal.solidariedade@gmail.com) | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

FEDERAÇÃO PARA A DEFICIÊNCIA MENTAL PREOCUPADA COM ANO LETIVO

# Humanitas quer que governo defina financiamentos e orientações técnicas

A Federação Portuguesa para a Deficiência Mental (Humanitas) pediu ao Ministério da Educação que defina o financiamento para os profissionais afetos aos centros de recursos para a inclusão (CRI) e as orientações técnicas.

“Neste momento, as instituições que dispõem de profissionais afetos aos centros de recursos para a inclusão não têm qualquer informação concreta da tutela sobre a forma como estes vão ser financiados no ano letivo 2022/2023 e que orientações técnicas devem ser seguidas”, afirmou à agência Lusa a presidente da Humanitas, Helena Albuquerque.

Segundo Helena Albuquerque, estas instituições precisam de organizar e de planear o trabalho nesta área.

“As instituições estão certificadas até ao final deste mês e não temos informações nenhuma de como vai decorrer o próximo ano letivo por parte do Ministério, o que causa grande apreensão e a impossibilidade de começarem a planeá-lo, nomeadamente na contratação de profissionais indispensáveis para o funcionamento e qualidade do trabalho dos CRI”, adiantou a dirigente.

A presidente da Humanitas observou ainda que “o financiamento dos CRI mantém-se o mesmo há sete anos, o que tem provocado a diminuição do número de profissionais afetos às equipas e uma maior precariedade dos profissionais que são contratados”.

Helena Albuquerque explicou que os centros de recursos para a inclusão “são equipas especializadas, na maior parte dos casos constituídas por psicólogos e terapeutas, formados e supervisionados, na grande maioria dos casos, por instituições de apoio à pessoa com deficiência acreditadas e subsidiadas pelo Ministério da Educação, que acompanham nas escolas o percurso dos alunos que possuem maiores limitações na aprendizagem”.

Em 12 de maio, a comissão de acompanhamento dos CRI, constituída por cinco federações de instituições que apoiam a deficiência, pediu uma audiência ao secretário de Estado da Educação, que ainda não foi marcada, o que para Helena Albuquerque é inaceitável.

As cinco federações são a Humanitas, a Federação Nacional de

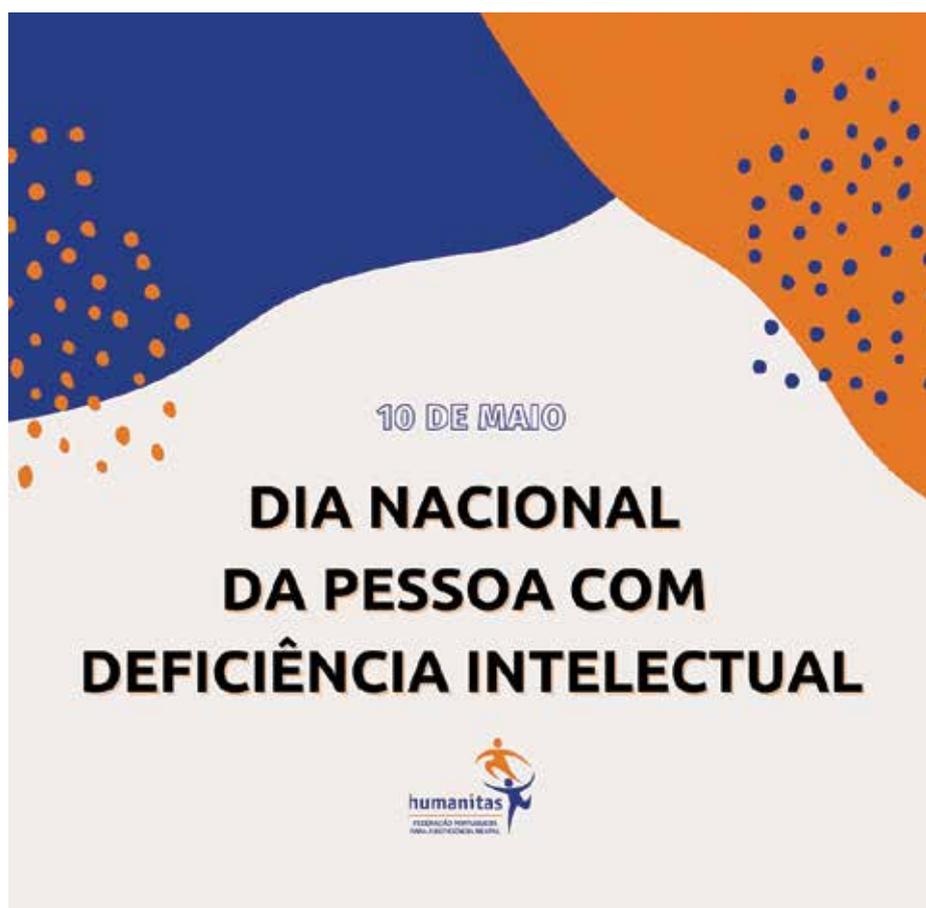
Cooperativas de Solidariedade Social (Fenacerci), a União dos Centros de Recuperação Infantil do Distrito de Santarém e outros (Unicrisano), a Federação Portuguesa de Autismo e a Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral.

Para a presidente da Humanitas, “é importante que o Ministério da Educação deixe de ver estas instituições “como meros prestadores de serviços”, mas antes “como parceiros efetivos”.

“Tenho a certeza de que as nossas instituições podem aprender muito com as escolas. O nosso passado e o nosso presente de sucesso no trabalho com a população com deficiência dão-nos um *know-how* inquestionável que deve ser aproveitado pela comunidade educativa onde nos inserimos”, defendeu a responsável.

Por outro lado, esta dirigente considerou que a tutela não pode continuar a colocar de fora dos processos educativos estas instituições, principalmente depois de um último relatório de avaliação, realizado por um grupo de trabalho nomeado pelo Ministério da Educação” para avaliar a qualidade de trabalho e do impacto dos CRI nas escolas, ter tornado “evidente a grande importância que estas equipas têm na construção de uma escola inclusiva”.

“Queremos ser parceiros efetivos na construção de uma escola inclusiva, porque merecemos, porque sabemos e porque faremos muita falta neste processo se não estivermos presentes”, acrescentou a presidente da Federação Portuguesa para a Deficiência Mental.



10 DE MAIO

**DIA NACIONAL  
DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**



humanitas  
FEDERAÇÃO PORTUGUESA  
PARA A DEFICIÊNCIA MENTAL



Ótima limpeza e higiene perfeita  
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

**milplus**  
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES  
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA  
Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 Pedrouços · Maia  
934 091 417 · info@milplus.pt  
www.milplus.pt

**Miele**  
PROFESSIONAL